

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Rayana de Azevedo Peled

A ECONOMIA DA CULTURA E O MERCADO DE TRABALHO
NO SETOR CULTURAL EM SANTA CATARINA

Florianópolis,
2014

RAYANA DE AZEVEDO PELED

A ECONOMIA DA CULTURA E O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR CULTURAL EM SANTA CATARINA

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Lauro Mattei

FLORIANÓPOLIS, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 a aluna Rayana de Azevedo Peled na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lauro Mattei (Orientador)

Prof. Dra. Eloise Livramento Dellagnelo

Prof. Dr. Adalto Parada

À memória de meus Avôs Zalman e Osvaldo, pelo valor que estes deram ao estudo e a perseverança.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho significa o fechamento de um ciclo em várias instâncias. E tal vivência não se faz só. O momento que se encerra agora foi um período de muito aprendizado. Não só intelectual, proporcionado pela Universidade Federal de Santa Catarina e por todos os estágios e momentos que ela proporcionou, mas também cultural e pessoal, oferecido pela experiência do intercâmbio em Israel. Foi também um período de amadurecimento e passagem para a vida adulta. Com a convivência junto ao mercado de trabalho veio a seriedade; a autonomia de morar sozinha trouxe junto a responsabilidade permeada pela liberdade que a vida adulta acarreta.

Nada disso seria possível sem o suporte constante dos meus pais, os professores Elaine e Yiftah que, muito além de terem apoiado materialmente todas essas experiências, nunca falharam em aconselhar, guiar e oferecer seu amor incondicional. Ao meu pai, agradeço pelas trocas, pela calma e por sua constante instigação intelectual que sua sensibilidade artística oferecem. Você me ensina a buscar algo que me mobiliza e me completa, assim como a Arte é para você. À minha mãe, gratidão pelas longas conversas repletas de sabedoria, carinho e preocupação que ajudaram a formar quem eu sou hoje. Obrigada pela paciência e pelas eternas correções no trabalho que seu olhar atento de doutora não deixam escapar. Não posso deixar de agradecer também a minha querida irmã Shay, por sua presença sentida mesmo na distância e pela alegria que você sempre traz à minha vida.

Gratidão também aos restante dos meus familiares. Meus queridos primos, tios e avós obrigada pelo orgulho que sinto de vocês e da nossa união. A meus familiares além-mar agradeço pelo amor incondicional que vocês não deixam enfraquecer pela distância.

Ao meu orientador, Professor Lauro Mattei, deixo um agradecimento repleto da minha mais profunda admiração pela sua pessoa e pelo profissional que você é. Sua seriedade, ética e comprometimento com o ensino, com a pesquisa e com os alunos estiveram sempre presentes no nosso convívio. Desde à introdução à pesquisa com a realização da bolsa PIBIC, até a sala de aula e, finalmente como orientador posso dizer que seus conselhos e ensinamentos sempre me levam a refletir sobre o rumo dos caminhos que escolhi. Também agradeço a professora Eloise Dellagnello que me inseriu no projeto do Ministério da Cultura dando a possibilidade de criar o elo da economia com a cultura que esse estudo se propôs a estudar. Obrigada pela sua presença nesses anos, pela sua companhia querida e pelo aprendizado que o projeto que você conduz me propiciou.

Aos colegas do projeto e do Observa também deixo o meu obrigada pelas ricas conversas e conselhos e pelos divertidos momentos que passamos juntos no último ano. Um agradecimento especial ao Adalto que também vem estudando essa complexa ligação da economia com a cultura e que sempre me indicou caminhos e autores, a Aline por sua inteligência e disponibilidade em ajudar e a Laís que, com seu bom-humor, tornou o trabalho quantitativo muito mais agradável. Por fim, obrigada a Natália que compartilhou bem mais que o nosso espaço e ao meu querido grupo de amigas que trazem ao meu dia-dia a felicidade da amizade.

“Vamos, vamos pela escada que se atribui ao progresso, à civilização e à cultura. Mas aonde se vai? Realmente, não sei..”

Anton Tchekhov

RESUMO: A cultura ocupa cada vez mais espaço dentro das discussões contemporâneas das instituições internacionais e dos formuladores de políticas públicas, bem como pelos responsáveis pela sua produção e disseminação nas suas mais diversas formas e áreas. Além de mostrar um panorama da construção do conceito de Economia da Cultura ao longo das últimas décadas de sua existência, o presente trabalho buscou fazer um mapeamento das atividades ligadas à economia da cultura em Santa Catarina, através da análise do mercado de trabalho formal neste setor. O estudo analisou as modificações estruturais sobre o mercado de trabalho catarinense deste setor que, assim como se verifica em âmbito global, é marcado por uma informalidade histórica. A pesquisa se baseou quantitativamente nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e numa análise qualitativa de tais dados com base em pesquisa bibliográfica sobre o tema. Observou-se, de maneira cada vez mais nítida, o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho da área cultural o que reforça a tendência dos últimos anos de maior feminilização do trabalho. Também cresceu a participação dos trabalhadores com maior qualificação e menores salários. Com relação à idade dos ocupados, percebeu-se uma queda da participação dos trabalhadores mais jovens, ocorrendo uma contratação de empregados com maior experiência profissional.

Palavras-chave: Economia da Cultura, Mercado de trabalho, Setores culturais

ABSTRACT : The culture takes more and more space in the contemporary discussions of international institutions as well as among policy makers and the different actors responsible for its production and dissemination in its various forms and areas. Besides showing an overview of the construction of the Cultural Economics' concept in the past few decades, this paper seeks to map the activities linked to the area of the Economy of Culture in Santa Catarina, Brazil, by analyzing the formal labor market in this sector. The study aims to analyze the structural changes on the labor market in the State, that is marked by a historical informality. The research is based on the quantitative data from the Annual Report of Social Information (RAIS), provided by the Brazilian Ministry of Labor and Employment and on the qualitative analysis of these data based on a bibliographic review on the topic. More women were included in the formal labor market in the cultural area was observed which reinforces the national trend of feminization of labor. Also, it increased the participation of workers with higher skills and lower wages. Regarding the age of the workers, one noticed a decrease of younger workers and the hiring of employees with greater work experience.

Keywords: Economics of Culture, Labor Market, Cultural Sectors.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Atividades do setor cultural da CNAE 2.0: códigos e denominações.

Tabela 02: Distribuição dos PFT em SC entre 2000 e 2013.

Tabela 03: Distribuição dos PFT em SC segundo Gênero entre 2000 e 2013

Tabela 04: Distribuição dos PFT em SC segundo setores de atividades econômicas entre 2000 e 2013

Tabela 05 Distribuição dos PFT em SC segundo total de atividades econômicas da área cultural entre 2006 e 2013.

Tabela 06: Distribuição dos PFT em SC segundo setores de atividades econômicas da área cultural no período de 2006 a 2013.

Tabela 07: Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Gênero entre 2006 e 2013.

Tabela 08: Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Escolaridade entre 2006 e 2013.

Tabela 09: Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Faixa Etária entre 2000 e 2013.

Tabela 10 : Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Faixas de remuneração SM* entre 2006 e 2013.

LISTA DE ABREVIACÕES

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINC- Ministério da Cultura

MP - Ministério do Planejamento

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

CNUMAH - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais

FCS - *Framework for cultural statistics*

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

PFT – Postos Formais de Trabalho

SUMÁRIO

SUMÁRIO	11
CAPÍTULO 1 - TEMA E OBJETIVO DO ESTUDO	12
1.1 INTRODUÇÃO	12
1.2. OBJETIVOS.....	15
1.2.1. <i>Objetivo Geral</i>	15
1.2.2. <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
CAPÍTULO 2 - ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A ECONOMIA DA CULTURA	19
2.1. O MAINSTREAM E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA DA CULTURA.....	19
2.1.1 <i>Bens culturais, capital cultural e a sua tangibilidade e utilização como recurso</i>	24
2.1.2 <i>Economia Criativa : uma tentativa de complexificar a visão convencional da Economia da Cultura</i>	28
2.2 UMA ABORDAGEM CRÍTICA À INTERPRETAÇÃO CONVENCIONAL DA ECONOMIA DA CULTURA COMO CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE.....	32
CAPÍTULO 3 - DELINEAMENTO DOS SETORES ENQUADRADOS NA ECONOMIA DA CULTURA	46
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ARTICULAÇÕES DO SETOR CULTURAL E AS PERSPECTIVAS DE TRABALHO	46
3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS RELATIVOS À DESCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS À CULTURA.....	48
3.2.1 <i>A nova classificação CNAE 2.0</i>	49
3.3 A CORRESPONDÊNCIA DAS ATIVIDADES CULTURAIS COM A CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE 2.0	51
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO CATARINENSE NA ECONOMIA DA CULTURA	56
4.2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA.....	59
4.3 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR CULTURAL EM SANTA CATARINA.....	64
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS	84

CAPÍTULO 1 - TEMA E OBJETIVO DO ESTUDO

1.1 INTRODUÇÃO

A cultura ocupa cada vez mais espaço dentro das discussões contemporâneas das instituições públicas e privadas e dos formuladores de políticas públicas, bem como por parte dos responsáveis pela sua produção e disseminação nas mais diversas formas e áreas de especialização. A cultura é hoje considerada elemento central dos processos sociais.

Para Tolila (2007), a cultura se compara à educação, à pesquisa científica e à saúde, como uma questão relevante. A cultura hoje tornou-se um direito do cidadão e o acesso a ela sinaliza o desenvolvimento geral de uma sociedade. “A capacidade de participar da cultura, de criá-la e de legá-la às gerações futuras transformou-se em um indicador das melhorias sociais e econômicas, um sinal de que, a cada geração, o conjunto da sociedade está envolvido por uma dinâmica de progresso” (TOLILA, 2007, p.17)

Dentro da área da Economia, o conceito de Economia da Cultura, elaborado nos anos de 1960, vem gerando discussões sobre sua abrangência e ganhando espaço. Com isso, autores e instituições têm se debruçado sobre a dimensão econômica dos setores culturais.

Áreas como as Ciências Sociais, a Comunicação e as Artes têm se dedicado à relação entre Economia e cultura e conceitos contemporâneos transversais, sendo que temas como globalização e sustentabilidade trazem mais complexidade ao debate, O impulso da evolução sociológica em sociólogos da cultura e da Escola de Frankfurt, bem como a discussão de desenvolvimento sustentável abriram novos caminhos para a construção conceitual crítica da Economia da Cultura.

Influenciado pela perspectiva de aplicação direta da análise econômica para a cultura e para as artes, autores como Lins (2003) percebem a Economia da Cultura como um conjunto de atividades relacionadas com a gestão e a comercialização de bens e serviços culturais considerando a ótica de produção.

Tal abordagem da Economia da Cultura com base numa análise eminentemente economicista é confrontada com a perspectiva do desenvolvimento sustentável e de democratização da cultura em diferentes esferas, cujas ideias não reverberam na perspectiva da exploração da cultura como um bem de consumo disponível para poucos.

Neste sentido, para a Unesco, a Economia da Cultura

(...) refere-se à criação, produção, e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza. Estes conteúdos estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São indústrias em trabalho e conhecimento e que estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização (INFORME..., 2004).

Apesar dessa área se propor a promover ações e práticas cujo significado cultural e socioeconômico é crescente, muitos autores ainda percebem a carência de estudos sistemáticos que envolvam a interação entre cultura e Economia.

Santana e Souza (2001) apontam a carência de análises do setor cultural em sua dimensão econômica, apesar de evidentes conexões entre cultura e desenvolvimento socioeconômico. E para Tolila (2007, p. 25):

a reflexão econômica só se preocupou muito tardiamente com o setor cultural, depois de cerca de cinquenta anos, o que explica a confusão de alguns debates, a escassez de economistas que declaram explicitamente estudar a cultura, a falta de dados e interpretações confiáveis que se verificam em diversos temas em quase todos os países. A economia do setor cultural (entenda-se por isso os resultados de estudos econômicos, a capacidade de produzir sínteses úteis e comparações confiáveis) se caracteriza por uma grande dispersão, escassez e ausência de dados atualizados e uma grande dificuldade de amarrar os níveis da microeconomia e da macroeconomia.

Uma das prováveis causas desta escassez de estudos relacionais na área da Economia da Cultura se deve ao fato de que as teorias econômicas clássicas, como em Smith e Ricardo, e suas leis fundamentais da teoria econômica que regem o modo da produção e do consumo capitalista consideravam irrelevante a contribuição do setor cultural e sua função de promover prazer e lazer para a riqueza da nação. Tolila (2007) conclui que assim sendo, tal setor, voltado teoricamente ao luxo e ao fomento de gastos “irracionais”, não mereceria um “dispêndio de energia intelectual” (TOLILA, 2007, p. 25). Desse modo, a cultura, assim como a história e o seu desenvolvimento, não foi contemplada pelo campo de estudos úteis e legítimos da Economia até surgir o estudo pioneiro de Baumol e Bowen (1966) sobre o espetáculo ao vivo, citado por ToliLa (2007) como referência central nos estudos de Economia da Cultura.

Na medida em que aumenta o impacto social e econômico das atividades culturais, amplia-se o espaço de discussões sobre as mesmas que já completou algumas décadas no cenário internacional. A França, por exemplo, foi um dos primeiros países a incluir a cultura no plano de metas nacional. Outros países membros da Unesco também têm investido em

estudos da mediação econômica das atividades culturais, sendo que atualmente essa discussão também se estende para diversos países da América Latina. Porém, no Brasil tal abordagem é considerada recente, faltando ainda informações sistematizadas, tanto qualitativa como quantitativa, sobre as relações entre o mundo da cultura e o mundo da Economia (IBGE, 2003).

Considerando esta lacuna, este estudo busca fazer resgate histórico e crítico da construção do conceito de Economia da Cultura e uma breve análise dos dados sobre o mercado de trabalho formal nos setores que fazem parte da Economia da Cultura no estado de Santa Catarina.

O interesse em estudar a relação entre estes dois temas, Economia da Cultura e mercado de trabalho, surgiu a partir da participação da autora em dois projetos distintos ao longo da sua trajetória de formação acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina.

No segundo ano do curso de graduação em Economia surgiu uma oportunidade de participar com o orientador deste estudo, professor Lauro Mattei, de uma pesquisa intitulada “A evolução do Mercado de Trabalho em Santa Catarina”. A partir do trabalho desenvolvido como bolsista PIBIC, foi possível entrar em contato com a trajetória do mundo do trabalho em âmbito global, nacional e estadual. O trabalho analisou o mercado de trabalho formal no estado de Santa Catarina e seu comportamento na primeira década do século XXI. Buscou-se evidenciar como as mudanças políticas e econômicas que atingiram o final do século passado colocaram a economia mundial na nova fase conhecida como globalização, que foi marcada, sobretudo, pela liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos mercados, e que impactaram também o mercado de trabalho. Dai surgiu o interesse em dar continuidade aos estudos sobre mercado de trabalho

O projeto de apoio à elaboração de Planos Estaduais de Cultura, coordenado pela professora Eloise Livramento Dellagnelo, do qual a autora faz parte desde 2013, motivou a escolha do segundo tema, a cultura. O projeto é desenvolvido através de convênio entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal de Santa Catarina e oferece apoio técnico e capacitação aos estados da Federação que desejam elaborar seus planos de cultura. O contato com o tema da cultura como conceito amplo e polissêmico, transversal a muitas propostas e políticas públicas contemporâneas de desenvolvimento, motivou uma busca mais aprofundada no que tange à questão econômica. Assim surgiu o interesse no aprofundamento do estudo da Economia da Cultura com foco no conjunto do emprego formal nos setores culturais catarinense.

Embora os dois projetos que a autora participou tenham focos diferentes - o mercado

de trabalho e a cultura - esse estudo permitiu fazer uma instigante relação entre as duas frutíferas vivências acadêmicas. Debruçar-se sobre temas que envolvem tamanha complexidade torna-se, além de um desafio, mais uma contribuição a essas duas áreas e um resultado concreto dessas estimulantes experiências que a graduação em Economia na UFSC proporcionou à autora.

O que se espera desse estudo é que o incremento de informações, a geração e a compilação dos dados do mercado de trabalho de Santa Catarina nesta área possa oferecer um panorama da perspectiva laboral da área da Economia da Cultura no estado, além de gerar conhecimento sobre os diferentes setores de atividades e a perspectiva dos trabalhos formais e informais.

O resultado desse esforço pode também servir de fomento para ações e políticas públicas futuras que causem impacto na melhoria e na dignificação do trabalho de agentes culturais catarinenses. Além disso, a partir desse estudo, se espera identificar os componentes estruturais e conjunturais do mercado de trabalho da Economia da Cultura no âmbito estadual e conhecer mais dessa relação ainda pouco estudada na academia, bem como sua dinâmica política, econômica e social. Por fim, acredita-se que tal pesquisa pode também contribuir para o fortalecimento da área da Economia da Cultura no Departamento de Economia da UFSC e também para a construção do cenário da Economia da Cultura em Santa Catarina.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Fazer uma análise do comportamento do mercado formal de trabalho dos setores que fazem parte da Economia da Cultura no Estado de Santa Catarina.

1.2.2. Objetivos Específicos

1. Fazer um resgate histórico e crítico da construção social da Economia da Cultura em nível global e nacional, apresentando uma perspectiva crítica à abordagem convencional da Economia da Cultura;

2. Caracterizar as questões específicas referentes aos distintos setores de atividades na Economia da Cultura;

3. Sintetizar e analisar dados do mercado de trabalho na Economia da Cultura em Santa Catarina, procurando dimensionar a evolução da participação desse mercado no conjunto do emprego formal estadual.

1.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aqui utilizada tem como principal objetivo fomentar conhecimento científico atualizado e creditável de uma relação pouco explorada – setor cultural e mercado de trabalho - resultante de um esforço sistematizado e disciplinado, ou seja, produzir conhecimento. Freire-Maia (1997, p. 24) define ciência como “um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc., visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia [...]”.

A metodologia da pesquisa é basicamente o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimento do conhecimento científico. Demo (1996, p. 56) define a pesquisa como um “[...] um questionamento sistemático, crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático.”

De acordo com a sua natureza, essa pesquisa científica é de caráter fundamental ou básico, pois persegue objetivos que resultam num avanço do conhecimento científico, ainda que os mesmos não tenham aplicação prática. O conhecimento resultante desta pesquisa reveste-se de um caráter universal (FREIRE MAIA, 1997).

Com base em Gil (2007) e Lakatos (2003) define-se aqui a proposta metodológica. Como perspectiva de abordagem geral, essa pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa; quantitativa por seu caráter descritivo e indutivo baseado numa análise pormenorizada da realidade histórica do mercado formal do setor cultural de Santa Catarina, utilizando-se como base quantitativa os dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa classifica-se como analítica-descritiva. Tal enfoque promoveu o entendimento dos fenômenos que levaram à construção do conceito de Economia da Cultura e ao comportamento do mercado de trabalho na respectiva área em Santa Catarina, analisando a interação entre atores e agentes econômicos dos seus diferentes setores. Sob essa perspectiva, foi possível caracterizar o mercado formal de trabalho do setor cultural em Santa Catarina, assim como suas variáveis analisadas: setor de atividade econômica, gênero, remuneração, grau de escolaridade, jornada de trabalho e faixa etária.

Como perspectiva de abordagem técnica foi feito um levantamento bibliográfico e documental - livros, artigos, teses e dissertações referentes ao tema da Economia da Cultura e Mercado de Trabalho - que podem contribuir, de alguma maneira, à compreensão do

fenômeno aqui estudado

Pretendeu-se explorar os diferentes autores que vem se dedicando à área da Economia da Cultura. A partir da delimitação do conceito de Economia da Cultura, o propósito foi um estudo sobre a grande gama de atividades que se enquadram neste setor e a respectiva análise do mercado de trabalho destas atividades. Para isso, partiu-se do estudo das transformações estruturais do mundo do trabalho formal que caracterizam o início do Século XXI, de modo a relacioná-las com a conjuntura econômica e a política nacional da área da Economia da Cultura. Para a consecução do trabalho fez-se necessário compreender os conceitos e definições da Economia da Cultura e as questões do comportamento do mercado de trabalho neste setor em seu conjunto, bem como as questões específicas referentes aos distintos setores de atividades.

Tal levantamento serviu de apoio ao marco teórico e à caracterização regional, sustentado quantitativamente nos dados secundários do MTE sobre mercado formal do setor cultural que ainda não receberam nenhum tratamento analítico. Os dados coletados foram integralmente utilizados.

Foi tomada como referência quantitativa as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é um importante instrumento quantitativo de coleta de dados que, além de controlar as atividades trabalhistas no País, fornece dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e disponibiliza informações que abrangem 97% do mercado formal de trabalho brasileiro.

Registra-se que para elaboração da evolução das séries históricas sobre os setores que compõem a Economia da Cultura, foi utilizado um período de 8 anos iniciando em 2006 com fim em 2013. A escolha do período não se deu de forma aleatória, uma vez que a disponibilização de dados pela RAIS para esses setores culturais tem início em 2006 e seu último censo só está disponível até 2013.

A fórmula de cálculo para análise de crescimento do mercado de trabalho utilizou um modelo econométrico simples para obtenção da taxa de crescimento dos indicadores ao longo do tempo chamado *modelo semilog* que consiste na aplicação de uma regressão linear simples, com parâmetros β_1 e β_2 lineares, onde o regressando é o logaritmo de Y e o regressor é o “tempo” expresso em valores de 1, 2, 3 etc. A taxa de crescimento é obtida a partir do coeficiente de inclinação de β_2 do modelo, conforme Gujarati (2000): $(\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t)$.

A combinação de estratégias de pesquisa capazes de apreender as dimensões qualitativas e quantitativas do objeto de estudo, atende às ambições do método quantitativo,

ao propiciar o conhecimento da magnitude, cobertura e eficiência do mercado de trabalho do setor cultural, bem como os requisitos do método qualitativo, ao garantir a abordagem histórica, cultural e social que forma o universo da pesquisa e o aprofundamento da compreensão das relações referentes a este objeto– no caso a relação entre cultura e mercado de trabalho.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho, que buscou contribuir para a discussão da Economia da Cultura e do Mercado de Trabalho deste setor no estado de Santa Catarina, está dividido em cinco capítulos a começar por este que introduz o tema e os objetivos da pesquisa . No segundo capítulo foi definido o conceito de Economia da Cultura através de uma fundamentação teórica que dialoga com a abordagem neoliberal, predominante dentro do campo da Economia da Cultura além da abordagem crítica da Teoria da Cultura a partir de diferentes autores que dialogam com as Ciências Sociais e com a proposta de desenvolvimento sustentável. O terceiro capítulo caracteriza-se por um quadro comparativo de análise entre os diferentes setores de atividades englobadas pela Economia da Cultura. No quarto capítulo, apresenta-se a análise quantitativa do trabalho, por meio de séries históricas, com o objetivo de fazer um panorama da trajetória do emprego formal na Economia da Cultura em seus diversos setores no estado de Santa Catarina, seguido por um levantamento empírico do mercado formal de trabalho catarinense na área da cultura, avaliando a evolução e o atual estágio de qualificação deste mercado. Por fim, no quinto e último capítulo são discutidas as tendências e os problemas específicos para o Estado de Santa Catarina neste setor, momento em que também são apresentadas as principais tendências do mercado formal de trabalho no setor cultural.

CAPÍTULO 2 - ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A ECONOMIA DA CULTURA

Neste capítulo será apresentado uma construção social do conceito de Economia da Cultura discutindo-se aspectos históricos e a abordagem neoclássica de Economia da Cultura, definida aqui como aquela que incorporou a questão cultural da economia capitalista. Deste modo, destaca-se inicialmente a perspectiva da Economia da Cultura neoclássica que se baseia em conceitos dessa corrente denominados por Pithon (2008, p. 18) como “a preferência do consumidor, a escassez relativa dos recursos, a ação limitada do Estado, a substitutibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos culturais, o equilíbrio através dos mecanismos de mercado e a internalização das externalidades”.

Diante dessa abordagem prevalecente, julga-se necessário apresentar também algumas abordagens críticas no campo da cultura, as quais foram desenvolvidas a partir da discussão da indústria cultural e de uma perspectiva contemporânea da Economia da Cultura para além da abordagem convencional. Por fim, a partir dessa discussão, pretende-se levantar alguns desafios para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável e suas implicações para o campo cultural.

2.1. O MAINSTREAM E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA DA CULTURA

Acompanhando as tendências contemporâneas de diluição das fronteiras disciplinares, Miguez (2008) mostra que a discussão da cultura ultrapassou os limites das áreas exclusivistas da Antropologia e da Sociologia; permeou outros campos como a História, a Geografia, a Ciência Política, a Demografia, a Comunicação, a Psicologia, as Ciências Ambientais, o Direito e a Economia, chegando inclusive a mobilizar o interesse do setor tecnológico (Engenharias e sistemas de computação).

Rubim (2007, p. 148) corrobora com essa ideia ao afirmar que “na contemporaneidade, a cultura comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente”.

Até muito recentemente, a cultura não havia despertado qualquer interesse nos pesquisadores do campo da Economia. Benhamou (1997) afirma que quando acontecia, a aproximação entre estes dois campos era, na maioria das vezes, mais um interesse sobre o

particular mundo das artes sem a intenção de investigar qualquer aspecto relacionado com a dimensão econômica.

De Smith e Ricardo, fundadores da economia política clássica, passando por todo o século XIX e chegando até meados do século XX, as poucas aproximações dos economistas sobre o campo da cultura pincelaram a dita ‘alta cultura’ (as belas artes, a literatura e as artes chamadas performáticas – teatro, dança, ópera e música clássica).

Segundo Miguez (2008), tais perspectivas se voltavam apenas às questões relacionadas com o mecenato público e privado e os processos relativos à formação dos preços das obras de arte. Considerando-se este período, as relações entre a cultura e o campo da teoria econômica abordaram, no máximo, o que era denominado economia da arte. Este mesmo autor afirma que ficaram excluídas pelos teóricos da economia, as culturas populares e também as indústrias culturais que, ao longo de toda a primeira metade do século XX, foram estudadas como mais um ramo no âmbito da economia industrial, não chegando a configurar uma disciplina específica no campo da Economia.

Acredita-se que o setor cultural foi desqualificado pela teoria econômica clássica uma vez que essa era voltada centralmente para os fatores promotores de riqueza na perspectiva de produção capitalista. Pode-se encontrar algum tipo de reflexões sobre a arte nas obras de Smith, Ricardo, Marx ou mesmo Pareto, mas segundo Tolila (2007, p. 17), “para os pais da ciência econômica, “afora certas “imagens” ou certas “intuições”, a cultura e as artes se situam, em geral, no lado do irracional ou da utopia”.

As primeiras relações estabelecidas sobre cultura no campo da Economia ‘pura’ consideram a cultura como um bem tangível e comercializável, sob uma análise eminentemente economicista. Nesta perspectiva, concebe-se que as análises econômicas permitem compreender melhor os fenômenos culturais de modo a explicar sua evolução de forma mais eficiente. Apesar dessa visão que se tornou prevalecente, ressalta-se que a obra intitulada ‘Princípios da Economia’, de Alfred Marshall, já em 1891, destacava a impossibilidade de valoração das obras de arte, pois as considerava objetos únicos no seu gênero e que não possuíam equivalentes ou concorrentes.

Mesmo como uma área ainda considerada desqualificada, a perspectiva da cultura como um bem econômico, ou a “culturalização da economia”, como definem Lash e Ury (1994, p. 34), permeia cada vez mais os estudos da Economia. Esta virada cultural atinge muitas instituições formais da Economia e fomenta diferentes níveis de análise econômicas.

Tolila (2007) enfatiza a importância de analisar a cultura do ponto de vista da Economia. Para este autor a dimensão econômica do setor cultural pode funcionar como uma

alavanca para a cultura. A Economia seria como “uma arma de que o setor cultural deve se apoiar para melhorar sua própria visão das coisas, defender suas escolhas e sua existência, participar de maneira ativa do seu desenvolvimento futuro” (TOLILA, 2007, p.19).

É reconhecido por vários economistas (Schumpeter, Polanyi, Keynes, entre outros) que um dos problemas internos do processo econômico é sua tendência a minimizar a importância da história e de seus desenvolvimentos. Os precursores da economia clássica valoraram a cultura associada aos reis e a uma elite aristocrata e burguesa. A partir do fim do século XIX e início do século XX, ocorreram transformações sociológicas massivas como o aumento do tempo livre e do lazer e dos gastos voltados à cultura pelos diferentes atores econômicos. Assim, a cultura foi gradativamente se tornando um meio de consumo corrente e passou a despertar atenção dos economistas (TOLILA, 2007).

Esse autor ressalta que os últimos trinta anos foram marcados por uma grande evolução dos intercâmbios internacionais, constituindo um período de instabilidade crônica, de desastres econômicos nacionais, de grandes disparidades de desenvolvimento. Na maioria dos países, o setor cultural sofreu o impacto direto dessas evoluções .

A evolução do setor cultural e as perspectivas de seu desenvolvimento vem cada vez mais impondo a necessidade de afirmação frente às relações de força que as transformações internacionais vem gerando. Um exemplo disso é a força que países como os Estados Unidos vêm dando a esse setor. Segundo Tolila (2007), desde 1990, os produtos culturais ocuparam o primeiro lugar nas exportações desse país , muito à frente de aviões, carros, agricultura ou armamentos. Naturalmente, com o fenômeno da globalização tais produtos culturais se inserem em diferentes países com a mesma velocidade que qualquer outra mercadoria.

Em termos históricos pode-se dizer que a discussão sobre Economia da Cultura é recente no sentido de considerar a cultura como um campo de investigação econômico. Ela toma fôlego nos últimos cinquenta anos apesar de no fim do século XIX e, sobretudo no século XX, ela já ter incorporado as normas de consumos correntes. É só a partir daí que ela passa a receber a devida atenção dos economistas. Segundo Tolila (2007), essa atitude de aproximação dos economistas não foi exatamente espontânea, mas sofreu o impacto das evoluções sociológicas e a demanda dos profissionais do setor cultural ameaçados por restrições orçamentárias num contexto de restrições de intervenções públicas. Assim, após um primeiro estudo intitulado ‘A Arte e a Economia’, publicado em 1910 por uma revista alemã e tido como primeiro estudo formal de Economia da Cultura, surge o estudo de Baumol e Bowen (1966) sobre o espetáculo ao vivo que deu forças ao conceito e referendou todos os trabalhos subsequentes de Economia da Cultura.

Esses dois autores discutem o problema da origem do *déficit* nas instituições de arte questionando a razão pelas quais tais instituições não conseguem sustentar um desenvolvimento equilibrado e propõem, pela primeira vez, a tentativa de explicar a "doença de custos" que tende a ocorrer no setor cultural. Esse modelo macroeconômico é baseado na dinâmica de longo prazo no qual se distinguem dois setores na economia: um produtivo (A), em que a produtividade cresce com o tempo, e um não reproduzível (B), onde a produtividade é estável. Os déficits que ocorrem nas instituições do setor cultural são explicadas pelas diferenças na evolução da produtividade no setor progressivo (por exemplo, as indústrias transformadoras) e no setor de artes cênicas.

Valiati e Florissi (2007) sustentam que Baumol e Bowen discutem pela primeira vez o paradoxo do crescimento mundial da produtividade com base no avanço tecnológico *versus* a estagnação tecnológica que permeia as artes performáticas, uma vez que este setor e o setor artístico cultural em geral são formados por atividades intensivas em trabalho.

A discussão é considerada persistente até hoje, uma vez que atividades culturais tais como cinema, música e artes visuais são impactadas pelos avanços e por mudanças tecnológicas. Porém existe toda uma gama de atividades que não são fortemente modificadas por esses avanços.

Tal dilema gerou uma ampliação do debate. Em 1973 na Universidade de Akron, Ohio (EUA), surgiu o *Journal of Cultural Economics*, fundado pelo Professor William Hendon, que veio a se tornar um dos periódicos mais importantes sobre o tema. Em 1979, Hendon organizou, em Edimburgo (Escócia), a primeira conferência internacional sobre Economia da Cultura. Em outubro de 1992 foi consolidada a *Association for Cultural Economics International* (ACEI) na Sétima Conferência Internacional de Economia da Cultura em Fort Worth, Texas (EUA). Esse encontro foi organizado pelo professor C Richards Waits e foi a materialização de um núcleo formal de estudos sobre a Economia da Cultura. A ACEI incorporou a publicação do *Journal of Cultural Economic*, sendo que a publicação é atualmente organizada como uma sociedade de adesão com a eleição de administradores, possuindo um regimento próprio.

Para a ACEI os aspectos econômicos das políticas culturais, a análise econômica e econométrica no campo da cultura e o desenvolvimento teórico da Economia Cultural são os principais objetos de estudo da área em questão. A associação preocupa-se, centralmente, com a organização econômica do setor cultural nos setores público e privado e com o comportamento de produtores, consumidores e governantes do setor. O foco das suas

publicações se propõem a incluir uma variedade de abordagens, atuais e clássicas, formais e alternativas que exigem análises interdisciplinares para abarcar sua amplitude¹.

Na Austrália, no início dos anos 2000, David Thorosby da Universidade de Macquarie assume a discussão sobre valoração cultural, proposta como um dos eixos de estudo da ACEI. No seu artigo *Economics and Culture*, Thorosby (2001) chega a realizar uma análise econométrica do processo de valoração econômica da cultura pelo método de Valoração Contingente.

Seguindo essa mesma linha, Poovey (2010) defende que a Economia Cultural examina instituições, práticas e textos como entidades culturais, explora as dimensões econômicas de práticas e produtos culturais, bem como investiga as maneiras que esses cruzamentos influenciam os diferentes formatos sociais, como por exemplo as formas de governo. A autora parte do princípio de que a cultura não pode ser separada de outros dois conceitos que organizam a sociedade: a economia e o social.

A dimensão econômica da cultura ganhou forças na maior parte da região latino-americana com a recente instalação, nos anos 1990, das chamadas políticas neoliberais gerando grande impacto nas indústrias locais. Assim, alguns governos tomaram a iniciativa de adotar medidas preliminares para conhecer a dimensão econômica e social da cultura e, em particular, das indústrias culturais, com o propósito de atualizar as políticas públicas existentes. Essas iniciativas governamentais de alguns países latino-americanos inauguraram na região um tipo de trabalho empreendido por organizações governamentais europeias e de outras regiões, alguns anos antes (GENTINO 2007). As organizações empresariais regionais, por sua vez, limitaram-se, nos melhores casos, a contratar consultorias externas para obter informação de uso reservado.

Negri e Cuoco (2006, p. 12) enfatizam que nos dias de hoje, “a cultura não tem só um expressivo peso econômico”. É a própria “Economia como um todo que depende cada vez mais, em seu conjunto, das dimensões culturais.” (NEGRI; CUOCCO, 2006).

Assim a cultura se transformou na própria lógica do capitalismo contemporâneo. Nesta mesma direção Negri e Cuocco (2006, p.14) consideram que

O que é cultural no capitalismo globalizado das redes é o trabalho em geral. Ou seja, um trabalho que se torna intelectual, criativo, comunicativo – em uma palavra, imaterial. A cultura ‘gera valor’ (como diz o ‘management’) porque o que é incorporado aos produtos são formas de vida: estilos,

¹ Informações disponíveis em: <http://www.culturaleconomics.org/journal.html> Acesso em: 12 Ago 2014.

preferências, status, subjetividades, informações, normas de consumo e até a produção de opinião pública. A marca precisa ser dotada de valor cultural. O trabalho se torna, assim, ação cultural. O trabalho da cultura e na cultura se torna cada vez mais o paradigma da produção em seu conjunto.

Para Florissi e Waldemar (2007) a cultura em si é a realização de atividades por um grupo que possui, nas palavras dos autores, “valores comuns”. Segundo Valiati (2007), o ramo da ciência economia que pode ser definido como Economia da Cultura é um instrumento analítico eficiente para entender os efeitos econômicos da atividade cultural, compreendendo cultura como um campo não só qualitativo como também quantitativo. Nessa perspectiva, o setor cultural amplia o âmbito da análise econômica quando agrega à lógica do valor de troca e suas variáveis a perspectiva do valor intrínseco, expandindo as variáveis quantitativas do setor.

A corrente dominante nas discussões da Economia da Cultura vem então se apoiando nos preceitos da teoria econômica neoclássica, preponderante em termos de aplicação e uso da relação entre economia e diferentes temáticas (meio ambiente, cultura, qualidade de vida, entre outras).

Sob tal paradigma, a Economia lida com um problema alocativo de bens disponíveis que são finitos e com o comportamento do indivíduo diante da escolha de uma cesta de consumo cujo objetivo é maximizar seu bem estar. Como o indivíduo procura maximizar seu grau de utilidade (bem estar), ele tenderá a buscar a maior utilidade possível também quando fizer uso de algum bem cultural. Este processo ‘exploratório’, de mão única, não enfatiza o benefício mútuo, nem a perspectiva de troca ou de desfrute diante de um bem cultural.

2.1.1 Bens culturais, capital cultural e a sua tangibilidade e utilização como recurso

No setor cultural existem bens que não são transacionados em mercados competitivos. Tal premissa abre espaços para a discussão sobre bens e capital cultural e aquilo que possuem os bens materiais com existência física e tangível.

Para esses tipos de bens, Florissi e Waldemar (2007) colocam que não existem valores monetários que possam refletir um equilíbrio entre a oferta e a demanda de tais bens uma vez que eles possuem valores subjetivos. A questão do valor individual que cada pessoa atribui a algum bem cultural busca uma aproximação do quanto um indivíduo está disposto a pagar por um bem que possa gerar tanto valor cultural como econômico.

Na teoria convencional e no modelo clássico de mercado, toda mercadoria real é declarada um bem privado, caracterizado pelo fato de ser exclusivo e rival no consumo. A maioria dos bens e serviços que se classifica como cultural se comporta sempre, na sua totalidade ou apenas parcialmente, como bens não exclusivos e não rivais no consumo (TOLILA, 2007).

Uma vez que o setor cultural se apresenta intensivo em trabalho e não afetado pelos ganhos de produtividade provenientes do avanço tecnológico, o valor das suas atividades apresenta uma tendência ascendente de seus custos, impossível de serem repassados integralmente para os preços (BAUMOL; BOWEN, 1966). Sob essa premissa, Valiati e Florissi (2007), assumem que quando o Estado subsidia o setor cultural, ele promove a diminuição dos preços e a conseqüente inclusão da população excluída do seu acesso, além de também possibilitar um aumento da oferta dos bens culturais, diminuindo sua escassez.

Baumol e Bowen (1966) negam a inovação tecnológica no campo das artes, uma vez que o crescimento intenso da produtividade só é possível com base no avanço tecnológico. Assim, sendo o setor cultural intensivo em trabalho, o seu preço total se eleva. Dessa forma, eles concebem os bens culturais como meritórios², ou seja, bens que o Estado deveria ofertar mesmo que a sociedade não os demande em um primeiro momento. Para Portugal (et al, 2007) como bem público (não excludente e não disputável), a cultura tem, na verdade, características de ambos e enquadra-se na definição de semi-público ou para-públicos.

Thorsby (2001) introduz outro conceito importante para esta discussão ao trazer para o debate a questão do capital cultural que pode prover, possuir ou representar valor cultural acima do próprio valor econômico que ele pode gerar.

O capital cultural, segundo Florissi e Waldemar (2007), é composto por dois tipos de valores que apresentam uma grande interdependência entre si. O valor econômico pode ser reduzido a uma quantidade monetária, mas o valor cultural engloba todo um sistema de crenças e tradições no qual os indivíduos obtêm graus de satisfação através do sentimento de identidade e pertencimento.

Reis (2009) ressalta a necessidade de diferenciar bens/ serviços de criações/tradições no âmbito da Economia da Cultura. Ou seja, existem atividades que podem ser precificadas

² Os bens podem ser classificados quanto a sua característica de oferta em três tipos, privados, públicos e bens credenciais ou meritórios. Os bens públicos possuem duas características essenciais: eles são não excludentes (bem ou mercadoria podem ser utilizados sem a necessidade de pagamento direto) e não disputáveis (o consumo de um indivíduo não reduz o que está disponível para o consumo dos demais indivíduos) (PORTUGAL et al, 2007).

(no caso os bens e serviços) e outras que se caracterizam por possuir um valor individual nem sempre traduzido em preço ou passível de ser comercializável.

A teoria sobre cultura pontua o coletivismo do pertencimento procura abranger o estudo dos recursos que possuem valor econômico e valor cultural. Por isso a necessidade de elaborar melhor a ideia de capital cultural de forma a melhor compreender a atividade econômica que dele resulta.

Outro aspecto a ser levado em conta é a tangibilidade que um bem cultural alcança. O capital cultural, na sua forma tangível de bem, é durável e é produzido pela atividade humana, além de possuir um período de tempo de sobrevivência. Já o bem cultural é intangível e considera o capital intelectual que também possui um período de validade e pode ser aumentado pelo investimento através do tempo (FLORISSI; WALDEMAR, 2007).

Segundo Thorsby (2001), existe um impulso que leva a atividade cultural a possuir valores diferentes dos bens normais. Pelo fato dos bens culturais serem escassos, é necessário a criação de um sistema regulatório que preserve suas características para que seu uso possa ser feito adequadamente ao longo do tempo. Essa é, segundo este autor, uma importante conexão entre a Economia da Cultura e a Economia do meio ambiente que igualmente pressupõe a ideia do desenvolvimento sustentável.

Para Florissi e Waldemar (2007), ambas as áreas de estudo, a cultura e o meio ambiente, necessitam da implementação dessa ideia, sendo essencial a elaboração de cálculos para que haja uma equidade na utilização dos recursos disponíveis, sem que se prejudique a eficiência econômica da sociedade.

Nesta visão, a criação de taxas para preservar ao máximo a diversidade dos bens é um recurso usado recorrentemente. A valoração econômica de um bem cultural dentro da ótica sustentável coloca que o consumo de um determinado bem tem que satisfazer a geração atual sem comprometer as necessidades de futuras gerações. Ou seja, o consumo dos bens culturais deve variar dentro desta noção de sustentabilidade³.

Partindo-se da “transformação da cultura em recurso”, Yúdice (2004) considera a expansão da cultura para outras esferas da vida social, como a política e a Economia, e sugere “uma abordagem da questão da cultura de nosso tempo, caracterizada como uma cultura de globalização acelerada, como um recurso”, “recurso” no sentido de “reserva disponível” (YUDICE, 2004, p.25).

³ Ressalta-se que esta específica noção de sustentabilidade não é consensual e, por isso, a discussão de desenvolvimento sustentável será aprofundada a seguir, com o intuito de reavaliar as premissas assumidas por Florissi e Waldemar (2007).

Para Yúdice (2004) as dinâmicas contemporâneas que atuam na direção da configuração da cultura enquanto um recurso, como sugere Thorsby (2001), ultrapassa, com folga, a questão da transformação da cultura em mercadoria. Isto porque, sob tal configuração, a cultura

(...) é o eixo de uma nova estrutura epistêmica na qual a ideologia e aquilo que Foucault denominou sociedade disciplinar (isto é, a imposição de normas a instituições como a educacional, a médica, a psiquiátrica, etc.) são absorvidas por uma racionalidade econômica ou ecológica, de tal forma que o gerenciamento, a conservação o acesso, a distribuição e o investimento – em ‘cultura’ e seus resultados – tornam-se prioritários” (THORSBY, 2001, p. 13).

A racionalidade econômica que esse autor se refere pode ser comparada à racionalidade ecológica a qual assume que a cultura e o meio ambiente necessitam de uma elaboração de cálculos para que haja uma equidade na utilização dos recursos disponíveis e para que a eficiência econômica da sociedade não seja prejudicada. Compreender a cultura - e o meio ambiente - como ‘recursos’ possibilita a aplicação dessa ótica neoclássica de conservação, valoração e tangibilização dos bens culturais.

A perspectiva de ‘cultura do nosso tempo’ e de cultura como ‘recurso’ marca o discurso de autores como Yúdice e o das publicações *Jornal of Cultural Economic*. Ao apresentarem sua crítica Flew e Cunningham (2010) mostram que tal perspectiva parte do pressuposto neoliberal com foco economicista na maior concorrência, nas oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, bem como na baixa intervenção do setor público e na prevalência da visão conservadora sobre as questões sociais de propriedade pública, regulação e subsídio público para as artes.

Essa abordagem, conforme os autores, pressupõe o capital cultural se aliando ao capital humano e o investimento em cultura pensado no desenvolvimento da sociedade. Assim, segundo Valitati (2007), o investimento deve ser realizado de forma a fomentar e criar valores locais, incentivando o uso de tecnologias e conhecimento local e a interação dentro de uma comunidade.

Desta forma o desenvolvimento cultural sustentável deve ser visto como um complemento do desenvolvimento ecologicamente sustentável. E isso implica na utilização de modelos econômicos em que um dos componentes de desenvolvimento é a cultura, sendo essa uma variável endógena. Com essa abordagem, seria possível explicar alguns fenômenos econômicos como implicações diretas de investimento em cultura uma vez que a mesma gera

efeitos em rede e em cadeia que acabam por incrementar a atividade econômica de uma região (FLORISSI; WALDEMAR, 2007).

Segundo Charles Gray (2001), a demanda por arte e outros bens culturais depende mais do nível educacional de um indivíduo do que de sua renda. Quanto melhor a educação de um indivíduo, maior tende a ser a sua demanda por atividades e experiências artísticas. Diante dos problemas com o nível educacional da população brasileira, o setor cultural, apesar de ter capacidade de gerar empregos e renda, não o faz por falta de um mercado consumidor. Para esse autor, o problema de acesso a cultura resume-se na falta de capital humano que seria o mercado consumidor de cultura e o propulsor do investimento.

A globalização também contribuiu para estimular reflexões sobre as culturas locais como uma fuga da padronização mercadológica imposta pela perspectiva economicista de desenvolvimento. Na mesma ótica de Hall (2004) que mostra que a globalização caminha hoje junto com o reforço das identidades locais, ToliLa (2007, p. 26) aponta o papel contraditório da globalização na revitalização da reflexão sobre a cultura em diferentes países, opondo-se ao “(...) universo de mercadorias padronizadas”.

2.1. 2 Economia Criativa : uma tentativa de complexificar a visão convencional da Economia da Cultura

Nos últimos dez anos, o campo da Economia da Cultura defronta-se com a possibilidade de um novo deslocamento por força de uma novidade que já apresenta visibilidade e acolhimento por parte de instituições multilaterais no Brasil e em outros países. Trata-se da noção de Economia Criativa colocada em evidência na metade dos anos 1990, pelos governos britânico e australiano. Desde então, estes dois países têm investido em políticas voltadas para potencializar atividades que, embora marcadamente culturais, foram por eles denominadas de indústrias criativas. Para Machado (2009), o debate de criatividade e inovação é o cerne da discussão da Economia Criativa.

Miguez (2008) coloca que existe dentro do campo de estudos da cultura, a tendência a se considerar a Economia Criativa como ampliação do campo da Economia da Cultura, da mesma forma que a Economia da Cultura pode ser vista como uma ampliação do campo da Economia da Arte - até porque, no conjunto, a Economia Criativa reúne setores, práticas e dinâmicas socioeconômicas que, a rigor, não são estranhas ao campo da Economia da Cultura.

Como um novo campo ou, simplesmente, como uma ampliação do campo da Economia da Cultura, o fato é que o debate e a definição de políticas dedicados ao que está

sendo chamado de Economia Criativa não parte do zero. Para Miguez (2007, p. 98), muito ao contrário, beneficia-se “do importante e indispensável repertório de reflexões que, ao longo dos últimos cinquenta anos, deu corpo ao que chamamos de Economia da Cultura”.

Machado (2009) destaca que os conceitos que deram origem à Economia Criativa, tais como a Economia da Cultura e a indústria criativa, substituíram o que era antes nomeado como indústria cultural.

A aplicação dos modelos da Economia neoclássica para as artes subsidiadas, como técnica de atualizar a racionalização para o emprego de tais subsídios, foi e ainda é aplicado internacionalmente até os dias de hoje. O que vem ocorrendo dentro da Economia, é considerar criativo qualquer coisa que promove retorno financeiro (CUNNINGHAM, 2002, *apud* PARADA 2014).

Assim, estamos diante de um cenário que vem ressaltando as questões que envolvem as indústrias culturais, o marketing cultural, os mercados e os públicos culturais, a convergência sócio-tecnológica que alinha comunicação, telecomunicações e informática, à emergência dos gigantescos conglomerados de produção de cultura e a inter-relação crescente entre cultura, entretenimento e turismo. Segundo Miguez (2007), é deste ponto de vista que deve ser compreendida a emergência da temática das “indústrias criativas” e da “economia criativa”, as quais ele considera como duas das expressões contemporâneas mais potentes da união entre cultura e economia.

As múltiplas e importantes implicações do conceito da economia criativa fazem com que a questão ultrapasse o campo da cultura e invada outras áreas do conhecimento, especialmente a economia e a gestão (MIGUEZ, 2007). A comunidade internacional parece estar atenta às grandes potencialidades e aos evidentes impactos do ponto de vista do desenvolvimento que as possibilidades que a economia criativa apresenta para os países menos desenvolvidos.

Em 1994 pesquisadores australianos criaram o termo economia criativa, cuja ideia central se pautava na criação de uma política voltada para a requalificação do papel do Estado no desenvolvimento cultural. Assim, as expressões indústrias criativas e economia criativa são novas, ainda que ambos os termos possam ser alcançados pelo expressivo debate que as várias disciplinas científicas travam à volta do que é chamado de Terceira Revolução Industrial e, ao paradigma de produção da sociedade pós-industrial (MIGUEZ, 2009)

A partir da percepção e valorização econômica da atividade cultural, o governo britânico de Tony Blair em 1997 criou o primeiro órgão institucional de estudo e de

mapeamento das atividades criativas que tornou-se o Ministério da Indústria Criativa. O Reino Unido adotou a criatividade como ponto central para transpor a instabilidade internacional que precarizava os setores manufatureiros tradicionais do país (GARNHAM, 2005 *apud* PARADA, 2014). Estavam englobadas como atividades da indústria criativa: a arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, o artesanato, o design, o design de moda, o cinema, os software, os softwares interativos para lazer, a música, as artes performáticas, a indústria editorial, a rádio, a TV, os museus, as galerias e as atividades relacionadas às tradições culturais (DCMS, 2005).

Segundo Serafim (2013), a distinção mais significativa para a delimitação da economia criativa deve partir da análise dos processos de criação e de produção, e não dos insumos e/ou da propriedade intelectual de bens ou do serviço criativo.

Segundo Parada (2014), o setor da economia criativa tiraria vantagem da “nova economia”, que tem suas bases na inovação, apesar de não se limitar a ela. Segundo o autor, a inovação tecnológica e organizacional permite novos relacionamentos com os clientes. Os avanços tecnológicos permitem outras possibilidades.

Sendo a categoria das indústrias criativas relativamente nova, ela é ainda mais recente na academia, na política e na indústria. Para Cunningham (2002), os avanços tecnológicos multiplicam as possibilidades neste ramo da economia. A sua vantagem estaria no fato de que ela poderia capturar a dinâmica empresarial da nova economia (PARADA, 2014).

Percebe-se que tal vantagem procede, uma vez que durante as duas últimas décadas, os fluxos internacionais de produtos culturais apresentaram um crescimento que a maioria dos setores econômicos não alcançou (MIGUEZ, 2007). Hoje a cultura está cada vez mais permeada por um conceito de produto ou sendo considerada como mercado em expansão do qual surgirão novas formas de comércio e de emprego.

Para Parada (2014), a economia criativa está envolvida com bens simbólicos que geram valor, que é o interesse principal frente a um processo de globalização. REIS (2011, p. 3-5) coloca que a Economia Criativa é apontada com sendo um dos principais catalisadores e dinamizadores para este impulso da globalização sobre dois aspectos: “a fragmentação das cadeias produtivas de bens e serviços criativos em escala global e a ampliação do mercado; mobilidade, disputa e recompensa dos recursos criativos no panorama mundial”.

Nessa mesma perspectiva, a oferta de bens culturais, segundo Thorsby (2001), alcançou um nível tal de diversificação que a partir de um conglomerado de empresas formou-se um setor que pode ser nomeado de indústria criativa. Tal setor, com o auxílio da internet, criou uma cultura de massa que se espalhou por todo o mundo. Se por um lado isso

resultou na redução da diversidade, por outro o seu consumo aumentou devido à facilidade com que os mercados consumidores utilizam os meios de comunicação. Tal setor poderia ser analisado com os instrumentos da economia em uma perspectiva industrial.

O novo conceito de Economia Criativa passou a contemplar atividades que não se enquadravam na antiga terminologia de indústria cultural. Segundo o autor inglês John Howkins (2001), Economia Criativa são atividades na quais resultam em indivíduos exercitando a sua imaginação e explorando seu valor econômico.

A Economia Criativa abrange, assim, a produção de bens culturais que possuam algum nível de inovação e surge, segundo Machado (2009), dentro de uma sociedade que está resignificando o consumo. Neste contexto, a produção cultural é analisada sob novas lentes que agora a veem como uma produção inesgotável de recursos, na qual o insumo principal é a criatividade (SERAFIM et al, 2013).

A Economia Criativa, para Reis (2007, s/p):

(...) abrange as indústrias culturais (já partindo da definição de que estas carregam conteúdos potencialmente culturais e concretizam seu valor econômico no mercado). Porém, a Economia da Cultura certamente não se limita a elas, compreendendo complementarmente atividades que não integram as indústrias culturais, como artesanato, turismo cultural, festas e tradições, patrimônio tangível e intangível e afins.

A Economia Criativa surgiu em um cenário na qual se busca legitimar o envolvimento do mercado com a cultura. Essa tendência atual de resignificação do consumo e, por conseguinte, da sociedade de consumo, fortaleceu a sua proposta (MACHADO, 2009).

A tendência em substituir o termo indústria cultural pela terminologia Economia Criativa ressalta duas preocupações por parte dos adeptos dessa proposta: afastar a dimensão negativa e crítica encerrada no conceito analítico de indústria cultural, tal como desenvolvido pela Escola de Frankfurt; e a necessidade de encontrar uma denominação que dê conta de uma série de atividades não contempladas pelo conceito de indústria cultural (MACHADO, 2009).

Essa mesma autora defende que a categoria economia parte do princípio que os bens e serviços culturais trazem em si um valor cultural e um valor econômico. De acordo com tal lógica, os termos que compõem a expressão 'economia e cultura e/ou criatividade' são compreendidos não como duas instâncias que se contradizem, mas como duas esferas que podem ser conciliáveis sem que uma anule a outra.

A análise da Economia da Cultura foi apresentada segundo essa perspectiva mais difundida, todavia sem esquecer a necessidade de confrontá-la com outros paradigmas. As continuidades e descontinuidades entre o conceito de indústria cultural e de Economia Criativa ou de Economia da Cultura, levando em consideração os contextos nos quais eles se afirmaram, abre espaço para um debate crítico, tarefa que será realizada na sequência.

2.2 UMA ABORDAGEM CRÍTICA À INTERPRETAÇÃO CONVENCIONAL DA ECONOMIA DA CULTURA COMO CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Para construir uma abordagem crítica a respeito, esse item vai se debruçar sobre discussões que envolvem autores que se opõem a perspectiva convencional da Economia da Cultura de forma semelhante que ocorre nos temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

O estabelecimento de relações consistentes entre cultura e economia pode apresentar diferentes ênfases. Na ótica apresentada no item anterior, ela caminhou para uma direção de valorização e tangibilização dos bens culturais. Essa ótica é a predominante no pensamento econômico, o do paradigma *mainstream* que coloca os bens culturais como aqueles que, além de possuírem valor cultural, geram valor econômico. Este paradigma assume a cultura sob a mesma perspectiva neoliberal “a partir do momento que ela gera resultados que possam ser capitalizados pela economia, na forma de índices positivos que signifiquem algum tipo de desenvolvimento econômico” (VALIATI, 2007, p. 23). Parte-se do princípio que essa perspectiva de cultura apresentada é falha no sentido de que, assim como aconteceu com a economia do meio ambiente, ela não consegue enxergar o panorama econômico social da cultura como um todo.

A Economia da Cultura viabiliza-se a partir do apoio público. Entretanto, segundo Furtado (2005), para que se possa pensar em cultura como processo produtivo deve-se levar em conta que, diferentemente de outros setores, no setor cultural o trabalho não é só um meio, que fará com que a produtividade aumente com o avanço de técnicas, mas também um fim.

É essencial encarar neste momento o desafio de analisar os bens culturais de forma diferenciada de outras mercadorias e de construir o que a UNESCO chama de contribuição da cultura para o desenvolvimento de uma sociedade:

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as

tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p.39)

De acordo com a definição da UNESCO (1982), serão indústrias culturais as estratégias que combinem a criação, produção e comercialização de conteúdos de natureza intangível e cultural. Estes conteúdos estão tipicamente protegidos por direitos de autor e reconduzem-se a atividades que permitem produzir, distribuir e colocar no mercado bens e serviços culturais.

Percebendo o setor cultural e sua capacidade de gerar emprego e renda, grandes empresas e corporações capitalistas passaram a ofertar um número cada vez maior de bens culturais, objetivando maior lucratividade e gerando críticas construídas por especialistas da área da cultura como Adorno e Horkheimer (1997) que cunharam o termo indústria cultural, abrangendo diferentes suportes e atividades culturais como livros, músicas e filmes.

Segundo Miguez (2007), o surgimento e o desenvolvimento da indústrias cultural utiliza a mesma lógica de aplicação dos processos industriais à criação artística e cultural. Essa evolução, pressentida e criticada por Walter Benjamin desde 1935, foi posteriormente estruturada teoricamente por sociólogos neomarxistas da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer).

Horkheimer e Adorno (1997, p. 295) declararam que a indústria cultural resume-se a uma percepção voltada para o consumismo e a uma perspectiva comercial de exploração de bens considerados culturais, com forte apelo estético que impede a “formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”. Benjamin (1985) corroborou com essas ideias e promoveu uma visão crítica sobre as ideias de comercialização em série e de cultura como produto que a indústria cultural acabaria por estimular.

A indústria cultural, tal como desenvolvido pela Escola de Frankfurt, tem como perspectiva o fato de que tudo o que é produzido por ela é considerado integralmente mercadoria, tal como Marx a define – a unidade de valor de uso e valor de troca. Segundo Machado (2009), para os neomarxistas, a produção de cultura na sociedade capitalista obedeceria aos mesmos princípios da produção econômica em geral, isto é, aqueles associados à lógica comercial, portanto, ao lucro. Nesta mesma direção Canclini coloca que

(...) a expansão econômica propiciada pelas indústrias culturais não beneficia equitativamente a todos os países, nem regiões (...) a globalização cultural não é um ramo da engenharia genética, cuja finalidade seria reproduzir em todos os países clones” (CANCLINI, 2003, p. 28).

Já se dispõe hoje de um considerável acervo de conhecimentos que garante a massa crítica e conteúdos teóricos indispensáveis à legitimação da Economia da Cultura, enquanto um campo singular de estudos e pesquisas (MIGUEZ, 2008).

Não resta dúvida de que os últimos anos têm sido promissores para os estudos da cultura em geral, bem como para a temática da Economia da Cultura em particular. Apesar dos estudos ainda estarem sob o domínio da ótica neoclássica, é necessário dar continuidade ao debate e, na medida do possível, incitar o tom crítico, tal como esse item objetiva fazer.

Percebe-se que essas críticas - muitas delas oriundas das Ciências Sociais - anseiam por elaborar uma Economia da Cultura mais substantiva capaz de abranger a complexidade do campo da cultura. Porém, tal crítica ainda se mostra difusa e o conteúdo a seguir tem a expectativa de contribuir para esse processo de amadurecimento e reflexão.

A partir de 1980, a UNESCO passou a enfatizar a dimensão antropológica na elaboração e consecução das políticas culturais públicas. O relacionamento do Estado com a cultura passou a ser percebido como a expressão da própria relação entre o Estado e a sociedade. A cultura é percebida como motor central para o desenvolvimento desde a Conferência Mundial do México de 1982 que resultou na Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (OLIVEIRA, 2007 apud BARCELOS, 2012). Segundo esse autor:

Ao conceituar desenvolvimento como sendo um processo que vai além do crescimento econômico, estando fundado no desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade, aproximou-o profundamente do conceito antropológico de cultura (OLIVEIRA, 2007, p.48).

Para Vilar (2007), o conceito polissêmico da palavra cultura invoca, pelo menos, três sentidos subjacentes a mesma: a cultura enquanto formação ou educação; a cultura enquanto identidade de um grupo ou civilização; e a cultura enquanto conjunto dos produtos das Artes/Humanidades/Ciência. Para este autor: “seria interessante desenvolver aqui o papel dos críticos e dos formadores de opinião relativamente aos bens culturais” (VILAR, 2007, p.133). Essa tarefa é fundamental, uma vez que o discurso que ainda parece dominar é a associação neoclássica de cultura e Economia tal como ela é definida pelo *Association for Cultural Economics International* (ACEI).

Furtado (2000) expande a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, incluindo os valores das coletividades e os sistemas simbólicos que constituem a cultura. A partir do processo de desenvolvimento das forças produtivas, Borja (2009) ressalta a análise

do subdesenvolvimento feita por Furtado como contribuição para conhecer as características da infraestrutura econômica de um determinado sistema nacional e para, posteriormente, interpretar a interação desta como a superestrutura política, cultural e ideológica.

Na medida em que se está compreendendo que o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre os povos, e que tende a autoperpetuar-se sob formas cambiantes, as atenções tenderam a concentrar-se no estudo dos sistemas de poder e suas raízes culturais e históricas (FURTADO, 1983 *apud* BORJA, 2009, p. 12)

Borja (2009) destaca que Furtado recorre a outras ciências sociais para ampliar a discussão para além do campo econômico, inserindo o aspecto cultural do subdesenvolvimento e da dependência e ampliando a possibilidade de construir diferentes sentidos para a cultura. Furtado apresenta um esboço das especificidades de um sistema de cultura nos países periféricos que sofrem a dominação cultural exercida pelos países centrais.

Segundo Borja (2009), em seu interior, o sistema de cultura discutido por Furtado abarca relações entre a cultura material e a cultura não-material, onde a cultura material seria composta pelos bens utilizados tanto para consumo quanto para produção; e a cultura não-material residiria nas relações sociais de produção, na organização política e social, nos costumes, na religião, etc.

O que existe de fundamental e comum aos dois modelos é a constatação de que, sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a justar-se às novas condições, ajustamentos estes que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sobre a base material (FURTADO, 1983 *apud* BORJA, 2009, p. 56)

Sob a mesma perspectiva crítica, Faria (2000, p.13) citado por Vieira (2006, p.5) trata da relação entre cultura e cidadania, enfatizando que “o desenvolvimento cultural só seria possível com o viver integral da cidadania cultural”. O autor descreve alguns itens que compõem a cidadania cultural: direito de pertencer, direito de criar, direito de fruir a cultura, participar nos processos culturais e participar das decisões de política cultural.

A socióloga Marilena Chauí (2008) coloca que em uma sociedade de classes, de exploração, de dominação e de exclusão social, a cultura é um direito do cidadão. Direito ao acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural. Segundo ela, a chamada cultura de massa se “apropria das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulificá-las em simulacros.”(CHAÚÍ, 2008, p.11).

Para Coelho (1997), citado por Barcelos (2012), a dimensão cultural é desenvolvida a

partir de duas visões diferentes: a idealista e a materialista. A primeira percebe a cultura como “o índice formador global da vida individual e coletiva a manifestar-se numa variedade de comportamentos e atos sociais, mas de modo especial, em comportamentos e atos específicos e singulares (artes plásticas, teatro)” (COELHO, 1997, p.31). Já a visão materialista entende a cultura em todos os seus aspectos, incluindo os relacionados às construções intelectuais, como reflexo de um universo social mais amplo e determinante. Coelho (1997) acredita que tais visões tendem a se integrar construindo uma ideia de cultura como atividade determinada do ser humano, não restrita somente às práticas tradicionais (como literatura, pintura, cinema, publicidade, a moda, a cultura popular, o comportamento, entre outras).

Para Feijó (2003), as políticas culturais na globalização, quando não ausentes pelo desmonte do Estado, foram impregnadas pelo interesse privado. São políticas que não têm assumido espaço para críticas, controle social e democracia e acabam por favorecer a privatização da cultura

De forma geral, as políticas culturais podem assumir três perspectivas: o dirigismo cultural, o liberalismo cultural e a democratização cultural. O dirigismo cultural, praticado principalmente por estruturas estatais centralizadoras que exercem o poder de modo incontestado, tem como resultado políticas culturais baseadas no interesse do desenvolvimento ou da segurança nacionais. O liberalismo cultural parte do pressuposto de que não é necessariamente dever do Estado promover a cultura. Já a democratização cultural, assume a cultura como força social de interesse coletivo, cujo acesso deve ser igualitário, sem sofrer influência do mercado (COELHO, 2003; OLIVEIRA, 2007).

Chauí (1995; 2008) amplia a perspectiva da democratização da cultura, incorporando o direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação, além de questionar se cultura pode ser tratada do ponto de vista da democracia e o que seriam uma cultura da democracia e uma cultura democrática. Para a socióloga, essas perguntas sinalizam alguns dos problemas a enfrentar, especialmente o problema da relação entre cultura e Estado; a relação entre cultura e mercado; e, finalmente, a relação entre cultura e criadores.

No Brasil, até 1995, a relação do Estado com a cultura foi liberal, colocando a cultura e as Belas-Artes, como privilégios de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais (CHAUI, 1995). Tolila (2007) tende a corroborar com essa perspectiva neoliberal de acesso à cultura quando assume que, na medida em que os países se desenvolvem e que a educação e suas forças produtivas crescem, torna-se mais explícito o processo de refinamento, inovação e, conseqüentemente, fortalecimento de elites; assim sendo, o setor cultural tende a se configurar como uma estratégia importante de desenvolvimento. Já Chauí (2008) contra

argumenta que, a partir do momento em que se afirma a cultura (ou o meio ambiente) como um direito de todos, opõe-se a tal perspectiva que ignora a equidade e transforma a cultura em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe que tem acesso à educação. Tal concepção da democratização da cultura pressupõe uma concepção nova de democracia. Para ela, o lugar da cultura dominante é bastante claro: “é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social.” (CHAUÍ, 2008, p.59). Esse lugar desloca a cultura popular como aquela elaborada pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora e contestadora.

Chauí (2008) aborda a chamada condição pós-moderna, isto é, uma forma de existência social e cultural sob as bases da economia neoliberal que desemboca numa massificação da cultura, condição oposta da democratização da cultura. Na verdade, para a autora a massificação é, na verdade, a “negação da democratização da cultura” (CHAUÍ, 2008, p. 13) com forte influência da globalização. A globalização impôs a difusão de uma cultura hegemônica, seguida de uma uniformização dos modos de vida e dos padrões de consumo a nível mundial, colocando a cultura no cerne da Economia.

Canclini (2003) na mesma direção questiona a “modernização seletiva” e o papel da globalização para a América Latina:

Que efeito teve esse modelo de modernização e integração nos vinte anos em que se levou aplicando-o? Há que se avaliar tanto seus impactos na economia e na política quanto para o desenvolvimento sociocultural. As cifras revelam que, à diferença do liberalismo clássico, que postulava a modernização para todos, a proposta neoliberal nos conduz a uma modernização seletiva: passa da integração das sociedades ao submetimento da população às elites empresariais latino-americanas, e dessas aos bancos, investidores e credores transnacionais. Amplos setores perdem seus empregos e previdências sociais básicas, diminui a capacidade de ação pública e o sentido dos projetos nacionais. Para o neoliberalismo, a exclusão é um componente da modernização encarregada ao mercado. (CANCLINI, 2003, p.21)

Apesar da crítica de autores como Miguez (2008) que questionam qual é a real contribuição da Escola de Frankfurt para a indústria cultural, tal Escola, por meio de pensadores como Adorno e Horkheimer, abriu a discussão crítica sobre a questão da indústria cultural enquanto portadora de uma lógica específica segundo a qual a produção de bens simbólico-culturais passa a obedecer aos princípios mais gerais da produção econômica capitalista (uso crescente e massivo da máquina, divisão e especialização do trabalho, alienação do trabalho), fazendo com que estes bens passem a ser produzidos já como mercadorias, portanto, como produtos destinados à troca e ao consumo no mercado, alienando

o produtor cultural como um trabalhador assalariado cada vez mais concentrado dentro de grandes corporações (ADORNO, HORKHEIMER, 1997). Em síntese, Adorno (2003) defende a ideia de que a cultura, como manifestação social em estado puro, não poderia estar inserida em nenhum contexto funcional, sendo sua gestão e planificação danosa.

Para Furtado, a indústria cultural completa o quadro da dominação cultural exercida pelos países desenvolvidos, uma vez que ela é constituída, basicamente, pelas atividades culturais que realizam a reprodução de matrizes em larga escala – indústria cinematográfica e audiovisual, pela indústria musical e fonográfica, e pela indústria literária e editorial. O que se verifica é que não só pelo consumo acontece uma mudança cultural com a assimilação de uma base material estrangeira, mas paralelamente observa-se a introdução de processos de trabalho típicos dos países do hemisfério norte.

Borja (2009) argumenta que procurar minimizar os impactos desse processo, implica em transformações em diversas áreas da cultura, dentre elas a educação e a formação nas instituições de ensino. As alterações na estrutura de poder e nas organizações políticas mostra que a dominação cultural atinge amplamente as sociedades subdesenvolvidas.

Chauí (2008) coloca que é preciso levar em conta a maneira como a divisão cultural tende a ser ocultada com o surgimento da cultura de massa e da indústria cultural. Para essa autora, a indústria cultural opera de quatro maneiras. Primeiramente separando bens culturais em obras raras e caras destinadas a uma elite, afundando o abismo entre a massa inculta e a elite culta. Depois, criando a ilusão de que os bens culturais são de acesso comum à todos. Em terceiro lugar, cria a figura do espectador, ouvinte e leitor ‘médio’ que não deve ser mobilizado ou chocado, mas deve permanecer num lugar comum, sem ser impactado pela cultura. E, por fim, propaga a ideia de cultura como estratégia de lazer e entretenimento numa perspectiva de alienação que perpetua a dominação. A privatização da produção cultural discutida por Peixoto (s/d) seria outra forma de operação não citada, mas igualmente relevante como estratégia da indústria cultura.

A associação entre cultura e lazer, ou entre cultura e esporte está visivelmente exposta na criação de Secretarias de Cultura, Esporte e lazer que lutam por reconhecimento e verbas comuns e acaba por promover um certo adormecimento sob a ótica da política anestésica do “pão e circo”, qualidade oposta da cultura vista como poder de transformação e inquietude social (SANTANA; SOUZA, 2001)

Nas Ciências Sociais, a crítica aos estudos sobre cultura aparece na rejeição Adorniana a tudo que possa significar produção mercantil de bens e serviços culturais. Essa escola realiza o reconhecimento da submissão de parte expressiva da produção cultural à lógica de

mercado.

Considerando a perspectiva neoliberal da cultura, autores como Bendassolli et al (2009) e Bolaño (2011) contribuem para elaborar uma abordagem crítica da Economia Criativa. Esses autores consideram que a Economia Criativa se encontra dentro de uma tentativa de buscar uma perspectiva econômica da cultura mais substantiva, mas acaba mercantilizando as atividades culturais sob a mesma lógica industrial utilitarista capitalista. A cultura quando assume essa forma passa a ser confrontada frente a uma abordagem economicista baseada no mercado, passando a ser tratada, quase que de forma exclusiva, com base em uma lógica financeira e comercial, entendida como unidimensional e reducionista.

Talvez a maior contradição da Economia Criativa é que ela acaba criando uma forte expectativa frente às leis de mercado, colocando sobre tais leis a capacidade de solucionar os problemas que surgiram em função justamente da própria incapacidade do mercado de distribuir a riqueza (MILLER, 2004; BOLAÑO, 2011 *apud* PARADA, 2014).

Benhamou (2007) e Durand (2007) ressaltam a importância de se reconhecer que o setor cultural incorpora uma série de especificidades “sejam entre indivíduos, grupos, microempresas ou grandes corporações que proporcionam relações peculiares referentes ao consumo, bem como em relação ao mercado de trabalho” (PARADA, 2014, p.12).

Assim os fenômenos culturais não devem ser considerados autônomos e a sua incidência na formação da Economia, da própria cultura, no desenvolvimento nacional, na ampliação da cidadania e da democracia e nos processos de integração regional vem sendo crescentemente reconhecida. Caetano (2007) defende a ideia de que o núcleo da política e do desenvolvimento social é a cultura. Para ele, a investigação e a teoria que a informa serão a sustentação do triângulo cultura, política e desenvolvimento.

Além de uma arena importante para o desenvolvimento, Faria (2000) complexifica ainda mais a discussão ao apontar a cultura como componente da qualidade de vida e sinalizar a ideia de cidadania cultural, ou seja, a cultura como agente, como direito de pertencer, de criar, de fruir a cultura, de participar nos processos culturais e de participar das decisões de política cultural e social, de ocupar culturalmente os espaços e de integrar definitivamente as políticas sociais, transformando assim o *status quo*.

Trata-se de afirmar a centralidade da cultura nos processos de desenvolvimento social e de fortalecimento da democracia nos países da América Latina. Ou seja, colocar a cultura como cerne do desenvolvimento sustentável, para além dos fenômenos quantificáveis e, como defende Tolila, um direito dos cidadãos e um tema de interesse para a vida cotidiana, como outros direitos humanos básicos. Resta saber quais cidadãos vão se beneficiar de tais direitos e

ter ou não direito à criatividade”, como questiona Furtado (1984, p. 59):

Na fase em que nos encontramos, de explosão dos meios de comunicação, o processo de globalização do sistema de cultura terá de ser cada vez mais rápido, tudo levando a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI. Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados.

Para esse autor, se for considerada a dominação cultural imposta pelo centro do sistema mundial e a cultura da dependência instituída internamente pelas classes dominantes, a consolidação de uma identidade nacional e de um interesse comum se torna muito mais desafiante nos países subdesenvolvidos.

Segundo Chauí (2008), as políticas sociais (de afirmação dos direitos econômicos e sociais, contra o privilégio) e as políticas culturais (de afirmação do direito à cultura, contra a exclusão cultural) tem o potencial de constituir a verdadeira revolução democrática no Brasil.

Deve-se, portanto, caminhar na direção de um modelo que priorize um modo de tornar a cultura acessível e alcançável diluindo possíveis fronteiras sociais entre a massa e a elite. A privatização da produção cultural possibilita que as instituições culturais sejam gerenciadas como empreendimentos por grupos financeiros e imobiliários e o aparelho público da cultura se torne um trampolim para alavancar operações de grande poder econômico. A oportunidade que esse processo gera para o setor cultural seria fomentar processos opostos baseados em participação, negociação e troca entre parceiros em vez de prestação de serviços a altos custo (PEIXOTO, s/d).

Para Faria (2000), o debate público sobre o desenvolvimento tem levado a se compreender a cultura como componente da qualidade de vida e cenário fundamental onde o próprio desenvolvimento acontece. A Cultura é hoje um segmento cada vez mais importante para o desenvolvimento integrado das sociedades e para o crescimento econômico propriamente dito, comparecendo nesse novo cenário como importante segmento produtor e empregador nas áreas de bens e serviços, quanto como setor capaz de qualificar a nova mão-de-obra requerida pelo setor (BALABAN, 1998).

Segundo Viera (2006), a cultura também é vista como ferramenta para amenizar problemas sociais e econômicos. Por isso, as ligações entre cultura e cidadania e cultura e desenvolvimento são temas crescentes nas discussões sobre cultura. Neste sentido, para Moreira (2000), a ação cultural contribui para a superação das desigualdades sociais, para o

fomento e, criação e manutenção dos espaços públicos ou privados, na forma do desenvolvimento econômico e na geração de renda, fatores importantíssimos para a formulação de uma política cultural alternativa.

Para que se alcance um fortalecimento da área cultural que dialogue com o que vem sendo proposto até então é preciso progredir na relação entre cultura e sustentabilidade para garantir a habilidade do setor cultural de apoiar o desenvolvimento sustentável e inclusivo e para que a cultura torne-se uma das chaves para o marco de desenvolvimento. Torna-se essencial reconhecer o papel da cultura para todos, mesmo aqueles que não tem acesso pleno à educação. A cultura deve ser protegida como um bem intangível, não mensurável por parâmetros economicistas e como uma parte criativa da identidade nacional. A cultura pode ajudar a promover a participação, a elaborar um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e significativo para toda população, como reforça Irina Bokova, diretora-geral da Unesco.⁴

Gentino (2007) mostra que avaliar a incidência da cultura na Economia, no emprego, nos intercâmbios regionais e internacionais – além de na própria cultura – representa um desafio teórico, metodológico e político bastante complexo. Este é um processo que se encontra em suas etapas iniciais de desenvolvimento, ainda com escassos antecedentes legitimados. A volta da discussão em torno do desenvolvimento é muito bem-vinda. Parece ter-se esgotado a hegemonia de um pensamento eminentemente economicista .

A ideia de desenvolvimento sustentável foi construída a partir de distintas perspectivas, em contraponto à visão tradicional de desenvolvimento herdada do século XIX, que privilegia o crescimento econômico e a industrialização como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando o caráter finito dos recursos naturais e a exclusão social. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável resgata as premissas da equidade social; da distribuição de riquezas; do fim da exploração dos seres humanos; da eliminação das discriminações por gênero, etnia, geração ou qualquer outra; da garantia de direitos à vida, à felicidade, à saúde, à educação, moradia, cultura, emprego e envelhecimento com dignidade; da democracia plena, além da responsabilidade ecológica e da participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento (RELATÓRIO BRUNDTLAND apud AZEVEDO; RIGON, 2015)

⁴ Informações disponíveis em: *GA Thematic Debate: Culture Deserves Recognition in the Post-2015 Agenda (5 May). 2014.*: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultura-and-development/culture-in-sustainable-development/> e http://www.un-ngls.org/spip.php?page=article_s&id_article=4441 Acesso em: 7 ago 2014.

O conceito de ecodesenvolvimento nasceu durante os anos 1970, em decorrência da polêmica gerada na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, entre aqueles que defendiam o desenvolvimento a qualquer preço, mesmo pondo em risco a própria natureza e os partidários das questões ambientais. O termo foi proposto pelo canadense Maurice Strong na época, Secretário-Geral da CNUMAH e, em seguida, ampliado pelo economista Ignacy Sachs, que, além da preocupação com o meio ambiente, incorporou as devidas atenções às questões sociais, econômicas, culturais, de gestão participativa e ética.

Em junho de 1971, antes de ocorrer a conferência de Estocolmo, Maurice Strong já havia convocado uma reunião em Founex, na Suíça, com o Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente como uma estratégia para obter o apoio da maioria dos países em desenvolvimento e para estabelecer o escopo que teria a conferência. A partir de um relatório produzido durante a Founex, o debate ambiental ganhou força nos países em desenvolvimento e trouxe um embasamento maior para a ocorrência da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (LAGO, 2006). Sachs (1993) afirma que o relatório Founex estabeleceu um meio termo entre a “aterrorizante” visão de crescimento zero e o crescimento econômico desenfreado balizado pelo avanço tecnológico.

Como uma derivação do ecodesenvolvimento surgiu a ideia de desenvolvimento sustentável. A noção de sustentabilidade foi apresentada como pauta em uma discussão organizada pela Organização das Nações Unidas, realizada em Nairóbi, em 1983, para o estudo da relação entre desenvolvimento e meio ambiente e para a criação de uma nova perspectiva para tais questões. A Comissão formada em tal evento produziu um documento intitulado ‘Nosso Futuro Comum’ ou ‘Relatório *Brundtland*’, em referência à presidente da Comissão, a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, sendo uma continuação dos trabalhos iniciados por Maurice Strong. Esse relatório veio a público em 1987 e definiu o desenvolvimento sustentável como “um novo caminho de progresso social, ambiental e econômico que procura atender às aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro” (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991, s/p).

Novas perspectivas surgem a partir do conceito de sustentabilidade, discutido na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento/Rio 92, com a incorporação de outras dimensões à proposta original, tais como o impacto da globalização e da dinâmica demográfica; a necessidade de preservação de valores e práticas que possibilitem uma maior compreensão e integração entre os povos; a necessidade de uma construção

participativa da cidadania e de um novo projeto de desenvolvimento; além da incorporação de todas essas questões na dimensão institucional com a construção de novas institucionalidades sociais, políticas e econômicas voltadas para a consolidação da sustentabilidade (MORAES; COSTA, 2009).

Apesar do avanço da proposta da sustentabilidade contrapondo-se à perspectiva economicista do desenvolvimento, não se ignora a discussão⁵ que questiona a perda do sentido e do impacto desse termo, bem como a sua indevida incorporação por iniciativas e instituições públicas e privadas que se distanciam consideravelmente da necessidade de implementar transformações estruturais, essenciais para o alcance de um mundo realmente sustentável e viável para a humanidade. Exemplo dessa indevida incorporação, ou da perspectiva de desenvolvimento sustentável neoliberal, pode ser vista na abordagem defendida acima por Thorsby (2001) e exposta por Florissi e Waldemar (2007) de valoração econômica de bens culturais.

A aceitação de que os bens culturais possuem valores diferentes dos bens normais e são escassos criou uma polêmica associação entre Economia da Cultura e a Economia do meio ambiente pressupondo uma ideia de desenvolvimento sustentável que se opõe a concepção de desenvolvimento que estamos apresentando aqui. A partir do momento em que se coloca como necessária a criação de um sistema regulatório para a sua ‘adequada’ utilização, abre-se para debate a indagação de até que ponto a criação de taxas para preservar diversidade dos bens é um recurso positivo. Se o consumo dos bens culturais deve variar dentro desta noção de sustentabilidade deve ficar claro que tipo de noção é essa.

Pithon (2013) se debruça sobre a Economia ambiental neoclássica que incorpora a

⁵ Menção ao Relatório “*Estado do Mundo 2013 - a sustentabilidade ainda é possível?*” disponível em: <http://www.akatu.org.br/Cntent/Akatu/Arquivos/file/EstadodoMundo2013web.pdf> Acesso em: 5 Fev 2014 e a Nascimento (2012) que questiona o que chama de visão neoliberal incorporada pelo Desenvolvimento Sustentável (DS) que postula a retirada de cena do Estado no que concerne ao fomento da competitividade no mercado. O autor sugere a proposta de Ecodesenvolvimento (EcD) em Sachs necessária para fomentar uma participação ativa do Estado nesse âmbito. Enquanto o DS se revela como uma abordagem não restritiva em relação ao consumo centrada na erradicação da pobreza e no estabelecimento de um piso de consumo material, o EcD proclama o encontro de um equilíbrio entre o padrão de consumo dos países dos hemisférios norte e sul, no qual os países do norte deveriam diminuir seu nível de consumo para que os países do sul pudessem aumentar o seu consumo. Nascimento ainda destaca a discrepância entre as estratégias de execução do Desenvolvimento Sustentável e do Ecodesenvolvimento relacionadas à tecnologia. Enquanto o DS advoga a favor do potencial ilimitado da tecnologia moderna e se mostra favorável a ideia de transferência tecnológica do norte para o sul, o EcD alerta para a crença ilimitada no poder dessa tecnologia e é favorável a criação de tecnologias endógenas. Para finalizar, o autor questiona se as três dimensões (econômica, ambiental e social) propostas pelo Desenvolvimento Sustentável são suficientes para se atingir a almejada sustentabilidade.

questão ambiental dentro do arcabouço da economia capitalista dominante, cujo objetivo é estabelecer uma forma de valoração dos ativos ambientais. Tal lógica neoclássica não admite que a finitude dos recursos naturais seja uma restrição à expansão econômica e enfatiza a “substitutibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais”. Ou seja, sob essa perspectiva o progresso técnico assume o papel de transgressor de limites ao substituir recursos naturais por capital, trabalho e progresso científico e tecnológico (ROMEIRO, 2003 apud PITHON, 2013, p. 34).

O autor compila dados que mostram que a maioria dos bens e serviços ambientais não são transacionados no mercado, surgindo assim gradativamente a necessidade de se desenvolver técnicas para estimar tais valores de forma a prevenir uma degradação irreversível de alguns ativos ambientais. Além disso, a economia ambiental neoclássica propõe um mesmo sistema numérico tanto para a valoração do capital produzido quanto do natural, ou seja, os recursos naturais devem ter como referência os preços correntes das mercadorias produzidas e ainda, o que importa nessa visão seria o valor que as pessoas individualmente atribuem a este a partir de suas preferências individuais.

Transferindo essa discussão para a área da Economia da Cultura, algumas considerações podem ser feitas. Assim como os recursos ambientais, a valoração da cultura não pode ser realizada sob uma ótica produtivista, quantitativa e numérica que ignora dinâmicas de finitude e erosão cultural. Nenhuma tecnologia pode ser capaz de resgatar bens culturais extintos e/ou padronizados definidos por classes hegemônicas. Para Furtado (1987, p. 28), uma vez estabelecida uma hegemonia, essa “passaria a nortear os valores culturais e ideológicos, consolidados como expressão da identidade nacional e do interesse comum”.

Para Vieira (2006), a cultura aparece também transpassada pelo conceito neoliberal de produto ou ferramenta para amenizar problemas sociais e econômicos, sob a perspectiva de mercado em expansão e geração de renda, do qual surgirão novas formas de comércio e de emprego como setor capaz de qualificar uma nova forma de mão-de-obra. Porém, o autor discute se o direito à cultura deve nascer com o cidadão, “a universalidade cultural atualmente defendida por vários teóricos realmente permite uma manifestação livre da cultura em seu sentido mais amplo ou restringe-se a um uso controlado por aqueles que detêm o poder?”(VIEIRA, 2006, p. 5).

Assim, através da exposição da idéia de diferentes autores, buscamos subsídios para embasar uma crítica sob a perspectiva neoclássica da cultura e do enfoque neoliberal sobre desenvolvimento sustentável, cuja visão estreita de desenvolvimento exerce grande pressão

sobre estruturas tradicionais e sobre conhecimentos e práticas culturais de povos tradicionais, recorrentemente excluídos desse enfoque.

A centralidade da cultura nos processos sociais contemporâneos indica uma grande área de convergência nas reflexões sobre o papel que os atores culturais – artistas, pesquisadores, criadores, intelectuais, dirigentes, empresários, funcionários públicos – estão desempenhando hoje no setor cultural.

Nesse sentido, Ferron (2000) acrescenta que a cultura será mais valorizada, melhor avaliada e receberá maiores recursos quando gerida de maneira a agregar valor à vida, agregar conhecimentos, conduzir à formação de um novo cidadão, mais apto e disposto a enfrentar desafios. Atualmente, a discussão do direito à cultura está superada, a questão que se coloca é a condição do sujeito ao acesso e à fruição culturais. O direito à cultura, numa sociedade minimamente civilizada, nasce com o indivíduo e deve, portanto, ser atributo natural (VIEIRA, 2006).

CAPÍTULO 3 - DELINEAMENTO DOS SETORES ENQUADRADOS NA ECONOMIA DA CULTURA

A construção de modelos renovados para elaborar indicadores culturais não pode considerar os mesmos instrumentos conceituais que se tinha até alguns anos atrás para vincular a cultura com o desenvolvimento social (CANCLINI, 2003). Para este autor, para se reunir estatísticas culturais de modo eficaz e situá-las nos âmbitos das políticas de desenvolvimento nacional é necessário considerar as novas articulações entre economia e cultura.

O desenvolvimento de informações para análises setoriais mais profundas da área cultural é um grande avanço para este campo. Assim, a criação de uma base de informações relacionadas ao setor cultural como o desenvolvimento de indicadores culturais que possam servir de base para estudos, pesquisas e publicações, que forneçam aos órgãos governamentais e privados subsídios para o planejamento e a tomada de decisão é sem dúvida um passo importante (IBGE, 2013).

Para construção deste capítulo foram analisadas as informações contidas no Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2007-2010. Esta é a terceira publicação da parceria firmada em 2004 entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Cultura (Minc) e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPG). Os outros dois trabalhos elaborados por estas instituições foram referentes ao período de 2005-2007 e ao ano de 2003.

O IBGE também vem realizando estudos sobre a produção (oferta) de bens e serviços culturais, os gastos (demanda) das famílias e do governo e as características da população ocupada neste setor. Os dados para realização destes levantamentos foram coletados por meio de informações cadastrais, estatísticas e documentais que revelam as diferentes faces da cultura no país, pelo lado da produção, do consumo e do emprego. Este capítulo, todavia se concentrou na análise do emprego à luz dos setores que foram considerados pelo IBGE como sendo culturais. Dessa forma, não foi aprofundada a discussão da produção de bens e serviços culturais e os gastos com eles.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ARTICULAÇÕES DO SETOR CULTURAL E AS PERSPECTIVAS DE TRABALHO

A precariedade de informações e estatísticas sobre os setores culturais no Brasil vem

dando espaço para a construção de uma base de dados que revelam uma nova realidade para a área cultural. Apesar de autores como Santana e Souza (2010) acreditarem que a produção cultural envolve um processo econômico e uma dinâmica interna ainda insuficientemente conhecidos para que se possa tirar proveito das sinergias entre desenvolvimento econômico e dinamismo cultural. Celso Furtado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1988, p. 6) quando ministro da Cultura, apontava a necessidade de contemplar a dimensão econômica da produção dos bens culturais.

Para Santana e Souza (2001), as atividades culturais incluem-se entre aquelas cuja demanda apresenta uma elevada elasticidade-renda, sendo elas ao mesmo tempo fortes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas. Assim é de extrema relevância o suprimento da carência de informações sobre o setor cultural, até hoje considerado de pouca relevância econômica.

Nos dias atuais, a problemática do trabalho, do emprego e do desemprego necessita ser vista em diferentes níveis, que demandam formas de intervenção diversificadas. Políticas de abertura e modernização do setor globalizado da economia precisam conviver com políticas de geração e manutenção de empregos que garantam a sobrevivência das economias locais e regionais. Avançar nessas questões, tendo como foco o trabalho na produção cultural, permitirá o desvelamento de potencialidades e de especificidades do setor, cujo conhecimento é imprescindível para as intervenções das políticas econômicas e culturais que visem o desenvolvimento (SANTANA; SOUZA, 2001, p.8).

Dessa forma, os avanços que estudos como o *The 2009 Unesco framework for cultural statistics - FCS*, vem apresentando são fundamentais para implementar uma definição e uma metodologia que estabeleça de forma clara o conjunto de atividades relacionadas à produção de bens e serviços culturais, de maneira a se tornar mais operacional e ao mesmo tempo sirva de base para medir a dimensão econômica da cultura. O IBGE parece caminhar nessa mesma direção ao estabelecer um mapeamento cada vez mais claro da delimitação dos setores culturais no Brasil. Com a utilização da nova CNAE 2.0 estabeleceu-se um total de 74 atividades culturais (diretamente ou indiretamente relacionadas à cultura) que começam a dar forma para a constituição de um mapa mais detalhado da situação da cultura no país.

Apesar da delimitação apresentada por essa nova metodologia contar um número muito elevado de atividades que inicialmente parecem não se enquadrar como atividades do setor cultural, deve ficar claro que o objetivo de tal metodologia adotada pelo IBGE foi incluir atividades que, mesmo que indiretamente, estão relacionadas com a produção cultural.

Existem outros tipos de metodologias para delimitações das atividades culturais que

consideram para análise o âmbito nas pesquisas domiciliares. As informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, sobre as pessoas ocupadas no setor cultural são obtidas a partir das atividades ou ocupações relacionadas a este setor. A PNAD adota a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE- Domiciliar para classificar o setor cultural, que se refere ao número de ocupações em estabelecimentos culturais e a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar que delimita as profissões culturais dimensionando o número de ocupações estritamente culturais

Essas classificações utilizam os níveis mais agregados e reagrupam as classes nos níveis mais detalhados tendo em vista o grau de precisão das descrições da atividade obtidas nas referidas pesquisas. Neste trabalho porém, serão apresentados as informações segundo a versão mais atual e detalhada que utiliza a CNAE 2.0 . A representação das atividades por ela delimitada foi apresentada na Tabela 1 (pg 53) e os dados de emprego formal para estes setores serão explorados no próximo capítulo.

3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS RELATIVOS À DESCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS À CULTURA

Pode-se observar que a busca por uma melhor compreensão da ampliação do conceito de cultura, para além dos livros e das Belas Artes (CANCLINI, 1987) tem sido estendida para uma interpretação que insere estas atividades em um campo mais amplo da estrutura social e suas ligações com a economia e com a formulação das políticas públicas.

A estruturação metodológica e conceitual de informações para o setor cultural está aumentando representativamente, assim como os estudos nessa área, uma vez que nos últimos anos foram divulgados marcos referenciais que servem de base para a elaboração de estatísticas culturais. Nos documentos do SIIC referentes à 2003 e 2003-2005 havia a queixa de que ainda existia uma insuficiência das recomendações internacionais sobre as estruturações metodológica e conceitual de um sistema de informações para o setor da cultura. A mudança do cenário metodológico presente do SIIC 2007-2010 é extremamente positiva e é reflexo do maior peso que a cultura vem ganhando nas esferas de programas de desenvolvimento.

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2007-2010 aponta como primeira necessidade definir cultura em termos das atividades econômicas que a compõem. Esse é um desafio de ordem conceitual e metodológica que teve o objetivo de estabelecer uma delimitação preliminar das atividades culturais, considerando sua dimensão econômica. A classificação que constituiu o instrumento chave para a delimitação do setor cultural é de

suma importância para as análises do mercado de trabalho formal que serão feitas no próximo capítulo.

Foi a partir de recomendações internacionais e referências nacionais, que o documento optou por trabalhar com um novo conjunto amplo de atividades, de forma desagregada. O SIIC 2007-2010 traz considerações metodológicas, destacando-se a descrição e a classificação das atividades econômicas direta ou indiretamente relacionadas à cultura e a sua correspondência com a nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. O estudo delimitou o setor cultural a partir das atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços que tem alguma relação com a cultura, considerando o conjunto das empresas formalmente constituídas, não significando portanto, a participação do setor cultural no total dos agregados macroeconômicos do Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2013).

Aqui devemos fazer uma outra ressalva importante. Os outros dois documentos anteriores produzidos pelo IBGE, o SIIC 2003 e o SIIC 2003-2005, utilizaram uma classificação diferente da que esta nova pesquisa disponibiliza. A descrição e classificação das atividades econômicas relacionadas à cultura utilizava como correspondente a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 1.0, sendo substituída agora pela CNAE 2.0.

3.2.1 A nova classificação CNAE 2.0

O objetivo da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a CNAE, é classificar as atividades econômicas considerando a atuação de suas unidades produtivas no processo econômico. Para tal ordenação a CNAE identifica os segmentos homogêneos que possuam similaridade de funções produtivas (insumos, tecnologia, processos), e também analisa as características dos bens e serviços produzidos, assim como a finalidade destes bens e serviços. Por tanto a sua classificação está em constante evolução.

São várias as mudanças introduzidas na revisão da classificação, em relação às atividades relacionadas à cultura – novas tecnologias e técnicas de produção foram adotadas, bem como novas atividades emergiram, trazendo a necessidade de refleti-las na classificação (CLASSIFICAÇÃO, 2007, p.13).

Segundo o SIIC 2007-2010 a CNAE 2.0 possui um maior nível de desagregação do que a versão anterior. A CNAE 2.0 é derivada da versão 4 da *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* – ISIC 4. O gestor da ISIC/CIU é a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. A partir de 2008, apresentando resultados

retroativos a 2007, o IBGE passou a divulgar uma nova série de dados utilizando a CNAE 2.0, que substituiu a estrutura usada anteriormente. Isso resultou na incompatibilidade de comparação com as atividades culturais divulgadas nas duas versões anteriores do SIIC, que utilizavam as codificações da CNAE 1.0 (IBGE, 2013).

O SIIC 2003 e 2003-2005 utilizava uma metodologia na qual considerava a atividade econômica cultural como toda atividade realizada por empresas que produzem, pelo menos, um produto relacionado à cultura. A partir da análise de cada uma das 581 classes (4 dígitos) da CNAE 1.0, foi excluído do domínio da atividade cultural as atividades econômicas diretamente ligadas ao turismo, esporte, meio-ambiente e religião, que em alguns países são consideradas atividades culturais. Já as atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura, ou seja, atividades que não necessária ou exclusivamente estão vinculadas ao setor em questão, mas que fazem parte do processo produtivo de cultura, foram contempladas por essa classificação.

Esse aspecto também foi considerado no SIIC 2007-2010 o que explica por que algumas atividades não propriamente culturais encontram-se nessa classificação e por que atividades como turismo, esporte, meio-ambiente e religião continuaram excluídas da análise.

O SIIC 2007-2010, a partir da utilização de uma nova metodologia e da nova CNAE 2.0, propõe uma nova versão do estudo, que engloba conhecimentos e conceitos que surgiram no campo da cultura, de forma a manter uma comparabilidade internacional. Foi com base no estudo *The 2009 Unesco framework for cultural statistics - FCS*, marco referencial para as estatísticas culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que o SIIC 2007-2010 se inspirou para buscar uma definição que, ao incorporar um conjunto amplo de atividades relacionadas à produção de bens e serviços culturais, se tornasse mais operacional, servindo de base para medir a dimensão econômica da cultura, adotando as nomenclaturas de classificações de atividades comparáveis com critérios internacionais (IBGE, 2013, p.12).

A classificação das atividades culturais que a *FCS* propõe, é a subdivisão delas em setores, que seriam os “domínios culturais”, que representam um conjunto de produção de bens, atividades e práticas culturais denominados “*core*” ou centrais (patrimônio, artes performáticas, artes visuais, edição e impressão, audiovisual e mídia interativa, *design* e serviços criativos). A partir daí abre-se mais dois domínios; o transversal (educação, patrimônio imaterial, preservação e arquivo, equipamento e material de suporte) e o relacionado (turismo e esporte), que mostram a importância do ciclo de produção e transmissão da cultura (THE 2009..., 2009, apud IBGE, 2013).

A nova edição do SIIC considera uma nova abordagem do setor cultural, a partir das novas nomenclaturas de atividades produtivas de bens e serviços, que agora se baseiam na nova estrutura de classificação econômica utilizada nas pesquisas do IBGE, a CNAE 2.0.

Segundo o SIIC 2007-2010, a principal mudança ocorrida com a utilização da nova CNAE 2.0 foi a introdução de novas categorias nos níveis mais agregados que refletem a inserção de atividades novas como as tecnologias de informação e comunicação, que transformaram radicalmente a cultura e as maneiras de acessá-la, e que estão presentes em novas seções, divisões, graus e classes que se referem às atividades de informação e comunicação (Seção J) e Artes, cultura, esporte e recreação (Seção R) e, incorporam informações mais desagregadas das atividades de editoração, cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música, rádio e televisão, atividades artísticas, criativas e de espetáculos, arquivos, museus, bibliotecas.

Assim houve uma ampliação das atividades que compõem o setor cultural com a inserção de novas classes e realocação de outras. E, mesmo com a nova versão da CNAE 2.0, ainda persistem a limitação e a dificuldade de desagregação de certas atividades de modo a separar as atividades culturais de outras que não têm as mesmas características (IBGE, 2013).

3.3 A CORRESPONDÊNCIA DAS ATIVIDADES CULTURAIS COM A CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE 2.0

A partir da seleção das atividades culturais, utilizando para isso a metodologia explicada na seção anterior, o IBGE chegou a uma definição abrangente do setor econômico cultural, na qual não inclui somente as artes e o patrimônio material e imaterial, mas também a importância da dinâmica econômica do setor. O SIIC 2007-2010 considera a atividade econômica cultural como sendo toda atividade realizada por empresas que produzem, pelo menos, um produto relacionado à cultura. Isso explica por que grande parte das atividades relacionadas ao setor cultural parecem, a primeira vista, não apresentar qualquer relação com o setor da economia da cultura.

Conforme discutido, de modo a manter-se atualizado com o padrão internacional de classificação e com as mudanças no sistema produtivo das empresas, a partir de 2007 o Brasil passou a adotar uma nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a CNAE 2.0. Isso impactou na redefinição do âmbito cultural, uma vez que proporcionou maior nível de desagregação das atividades econômicas.

Para agrupar as atividades consideradas como econômicas culturais, foi feita uma análise de cada uma das 673 classes da CNAE 2.0 (a CNAE 1.0 possuía 581 classes).

Portanto, a nova classificação aumentou a delimitação do setor cultural, uma vez que passou a englobar atividades definidas mais detalhadamente por essa nova nomenclatura.

As atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços que produzem bens e serviços relacionados à produção cultural foram delimitadas dentro dessa nova classificação .

Assim, a partir desta nova classificação foi possível incorporar ao estudo as atividades que levam em consideração

o ciclo de produção de uma forma mais abrangente, integrando não só a criação, a fabricação de produtos culturais e o consumo, como também os equipamentos de suporte de informática e os equipamentos que permitem uma ampliação de opções de acesso à cultura, arte e lazer relacionados às práticas culturais [...] O Instituto de Estatística da Unesco definiu, em 2009, uma nova proposta de âmbito de forma a organizar as estatísticas culturais e medir o enfoque socioeconômico adotado para a compreensão da cultura (DEROIN, 2011, p. 3, *apud* IBGE, 2013).

A nova classificação engloba as atividades ligadas à produção dos bens “que conferem tangibilidade à produção cultural e que possibilitam a sua comercialização”. (IBGE, 2013, p. 16). Como exemplo de produção temos a atividade de reprodução de materiais gravados. Já exemplos de atividades de comércio temos a venda de equipamentos de informática e comunicação e equipamentos e artigos de atividades diretamente relacionadas à cultura (comércio varejista de instrumentos musicais, livros, jornais, revistas, discos, CDs, DVDs, joias, artigos usados, etc.). O IBGE também considera as atividades que, apesar de fazerem parte do processo de produção, não estão diretamente relacionadas à cultura (peças para equipamentos de informática, de escritório, de telefonia e comunicação, entre outros).

Depois de definida essa nova metodologia, os segmentos da indústria, comércio e serviços foram organizados, permitindo a seleção das atividades relacionadas direta ou indiretamente com a cultura. Deve-se reforçar que o SIIC 2007-2010 utilizou a nova estruturação das atividades culturais da indústria, do comércio e dos serviços da CNAE 2.0, o que não permite a comparação com as atividades dos Sistema de Informações e Indicadores Culturais de 2003 e 2003-2005.

A seguir apresentaremos a tabela da relação completa e a descrição das 74 atividades consideradas como culturais, estruturadas de acordo com as seções da CNAE 2.010: Indústrias de transformação (C), Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (G), Informação e comunicação (J), Atividades profissionais, científicas e técnicas (M), Atividades administrativas e serviços complementares (N), Educação (P),

Artes, cultura, esporte e recreação (R) e Outras atividades de serviços (S) (IBGE, 2013, p. 17).

Tabela 01: Atividades do setor cultural da CNAE 2.0: códigos e denominações

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação
C				INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
	18			IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES
		18.1		Atividade de Impressão
			18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas
		18.2		Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos
			18.21-1	Serviços de pré-impressão
			18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos
		18.3		Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte
			18.30.0	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte
	26			FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS
		26.1		Fabricação de componentes eletrônicos
			26.10-8	Fabricação de componentes eletrônicos
		26.2		Fabricação de equipamentos de informática e periféricos
			26.21-3	Fabricação de equipamentos de informática
			26.22-1	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
		26.3		Fabricação de equipamentos de comunicação
			26.31-1	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação
			26.32-9	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação
		26.4		Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
			26.40-0	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
		26.7		Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos
			26.70-1	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos
		26.8		Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
			26.80-9	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
	32			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
		32.1		Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes
			32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria
			32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes
		32.2		Fabricação de instrumentos musicais
			32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais
		32.4		Fabricação de brinquedos e jogos recreativos
			32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos
G				COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
	46			COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
		46.4		Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar
			46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
		46.5		Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação
			46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática
			46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
	47			COMÉRCIO VAREJISTA
		47.5		Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico
			47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

Continua...

...continuação

		47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
		47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
	47.6		Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos
		47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria
		47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
	47.8		Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados
		47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios
		47.85-7	Comércio varejista de artigos usados
J			INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO
	58		EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO
		58.1	Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição
		58.11-5	Edição de livros
		58.12-3	Edição de jornais
		58.13-1	Edição de revistas
	58.2		Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações
		58.21-2	Edição integrada à impressão de livros
		58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais
		58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas
	59		ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO;
			GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA
		59.1	Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão
		59.11-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
		59.12-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
		59.13-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão
		59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica
		59.2	Atividades de gravação de som e de edição de música
		59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música
	60		ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO
		60.1	Atividades de rádio
		60.10-1	Atividades de rádio
		60.2	Atividades de televisão
		60.21-7	Atividades de televisão aberta
		60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura
		61	TELECOMUNICAÇÕES
		61.1	Telecomunicações por fio
		61.10-8	Telecomunicações por fio
		61.2	Telecomunicações sem fio
		61.20-5	Telecomunicações sem fio
		61.3	Telecomunicações por satélite
		61.30-2	Telecomunicações por satélite
		61.4	Operadoras de televisão por assinatura
		61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo
		61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas
		61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite
		61.9	Outras atividades de telecomunicações
		61.90-6	Outras atividades de telecomunicações
	62		ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
		62.0	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
		62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
		62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
		62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
	63		ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Continua...

...continuação

		63.1		Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionada
			63.11-9	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura
			63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
		63.9		Outras atividades de prestação de serviços de informação
			63.91-7	Agências de notícias
			63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
M				ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
	71			SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
		71.1		Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionada
			71.11-1	Serviços de arquitetura
			71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia
	73			PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO
		73.1		Publicidade
			73.11-4	Agências de publicidade
			73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
			73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente
	74			OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
		74.1		Design e decoração de interiores
			74.10-2	Design e decoração de interiores
		74.2		Atividades fotográficas e similares
			74.20-0	Atividades fotográficas e similares
N				ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
	77			ALUGUÉIS NÃO IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO FINANCEIROS
		77.2		Aluguel de objetos pessoais e domésticos
			77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares
			77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios
P				EDUCAÇÃO
	85			EDUCAÇÃO
		85.9		Outras atividades de ensino
			85.92-9	Ensino de arte e cultura
			85.93-7	Ensino de idiomas
R				ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO
	90			ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS
		90.0		Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
			90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares
			90.02-7	Criação artística
			90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
	91			ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL
		91.0		Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
			91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos
			91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares
			91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
	93			ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER
		93.2		Atividades de recreação e lazer
			93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos
			93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
S				OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
	94			ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS
		94.9		Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente
			94.93-6	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Fonte: Rais /Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO CATARINENSE NA ECONOMIA DA CULTURA

Este capítulo irá analisar o mercado de trabalho formal da economia da cultura no estado de Santa Catarina e seu comportamento na primeira década do século XXI. As mudanças políticas e econômicas que atingiram o final do século passado colocaram a economia mundial na nova fase conhecida como globalização, que foi marcada, sobretudo, pela liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos mercados, impactando também o mercado de trabalho em Santa Catarina. Será traçado um breve panorama do mercado de trabalho catarinense ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, para em seguida se proceder à análise dos dados do mercado de trabalho formal em Santa Catarina com foco nos setores culturais.

Depois de apresentado o cenário do mercado de trabalho catarinense será feita uma análise dos dados gerais do estado apresentando a distribuição dos postos formais de trabalho (PFT) entre 2000 e 2013. Também será analisada a distribuição por gênero e a distribuição dos PFT segundo setores de atividades econômicas.

Analisar o que vem acontecendo com a dinâmica do emprego formal catarinense considerando para esta análise a distribuição por setores de atividades dos postos formais de trabalho na área cultural é o foco principal deste estudo. Na terceira seção deste capítulo a qualificação destas análises se dará através do uso de variáveis-chaves, como é o caso da distribuição por gênero, grau de instrução, escolaridade e faixas de remuneração,

O objetivo desse estudo é contribuir para o conhecimento do mercado de trabalho das atividades culturais e sua evolução no estado de Santa Catarina nos primeiros anos do século XXI. Em face da heterogeneidade e da complexidade da produção cultural e das limitações da base de dados disponível, surgiram problemas de ordem conceitual e metodológica para a definição das atividades culturais, tanto em termos econômicos como do período de análise.

Os dados para o mercado geral de trabalho catarinense estão disponíveis em séries desde os anos 1990. Assim foi feito um recorte do ano de 2000 até 2013, último ano com informações disponíveis. Para delimitar o setores econômico gerais de Santa Catarina foi utilizada a divisão CNAE 1.0. Os problemas referentes à metodologia para definição das atividades culturais foram exploradas no capítulo 3. A distribuição por setores de atividades de trabalho na área cultural é recente. Por isso, foi utilizada a CNAE 2.0. Todavia, as informações para estes setores só estão disponíveis a partir de 2006.

4.1. SANTA CATARINA: ESTRUTURA OCUPACIONAL E MERCADO DE TRABALHO

Santa Catarina caracteriza-se por ser um estado diversificado, tanto culturalmente como economicamente. Sua formação heterogênea, estruturada pela miscigenação de várias etnias, culminou em uma distribuição, pelas mesorregiões do Estado, de atividades produtivas diversas, de acordo com as características físicas das regiões.

O número absoluto de empregos formais no Estado catarinense vem acompanhando a dinâmica brasileira, em que se verifica uma evolução crescente do total de empregados com carteira assinada. Este cenário é resultado de uma série de mudanças por que passaram a economia do estado, condicionadas às mudanças por que passaram a economia brasileira.

Os planos de estabilização econômica e abertura comercial dos anos 1990 resultaram num processo de reestruturação econômica alavancado pelo aumento da competição externa. Segundo Mattei e Venturi (2010), as mudanças estruturais da economia catarinense se deram neste cenário em que a redução das atividades produtivas estatais deu lugar à reestruturação do parque industrial por todo o estado. Assim, a atual estrutura produtiva e ocupacional de Santa Catarina é resultado de uma política que para Mattei e Venturi “ora incentiva a expansão e diversificação industrial ora agrava a situação competitiva dos setores competitivos”(MATTEI; VENTURI, 2010, p. 33). Para os autores, existe dois movimentos que podem ser observados no padrão de crescimento catarinense.

O primeiro seria a modernização e a integração regional que culminou no aumento da atividade industrial no estado a partir dos anos 1960. Para Mattei e Venturi (2010), seguiu-se a lógica de acumulação capitalista adotada pela economia brasileira na qual ampliou-se a estrutura agrária exportadora e expandiu-se a indústria diversificando os setores, mas mantendo uma homogeneidade na distribuição destes setores pelas regiões do estado. Este período foi marcado por um crescimento econômico relevante. O apoio estatal e o investimento do capital privado nacional proporcionaram o desenvolvimento de uma base produtiva sólida que teve como carro chefe as indústrias têxteis e alimentícias. A partir desses investimentos houve a introdução de setores expressivos tais como o metal mecânico, o cerâmico, o de papel e celulose, o de plástico e o fortalecimento dos complexos agroindustriais (MATTEI; VENTURI, 2010).

Em uma época de crescimento do PIB brasileiro a taxas médias de 7% ao ano (entre 1950 e 1980) Santa Catarina cresceu a taxas médias de 40% ao ano (LINS; MATTEI, 2001). O mercado de trabalho nesse contexto passou por mudanças expressivas com a migração de

parte da população do campo em direção às regiões mais desenvolvidas que concentram as indústrias de transformações.

Todo esse crescimento destacou Santa Catarina no cenário nacional. Mas a partir dos anos 1990 outro movimento vai interferir em toda a dinâmica econômica nacional e catarinense. As crises que a economia brasileira passa a enfrentar com a abertura comercial e as políticas adotadas pelo Governo Collor interferem drasticamente nas relações entre as empresas e os trabalhadores. O aumento da competitividade externa atingiu o estado de Santa Catarina com grande intensidade, provocando ajustes econômicos que interferiram na dinâmica produtiva catarinense.

Com o fechamento de diversas empresas e a diminuição das atividades em outras, o número de trabalhadores empregados sofreu uma grande redução. Nesta mesma direção a política cambial do Plano Real (1995), que ampliou ainda mais a entrada de produtos importados, forçou uma reestruturação e uma modernização tecnológica que ocasionou um aumento do contingente de desempregados (LINS; MATTEI, 2001).

Entre 1995 e 1999 o estado de Santa Catarina viu taxas de desemprego que alcançaram 7,2% (MATTEI; VENTURI, p.341, 2010). Só em 1999, com o processo de desvalorização cambial, é que essa taxa cai novamente. Porém, deve-se mencionar que os processos de privatização que tomaram conta de todo o complexo industrial nacional também atingiram Santa Catarina. A redução das atividades estatais foi acompanhada por uma reestruturação do setor têxtil que retraiu drasticamente suas atividades após a abertura comercial. Também sofreram impactos produtivos os segmentos eletro-metal-mecânica, o setor carbonífero, que foi desfeito, e o complexo agroindustrial que sofreu uma gigantesca desnacionalização.

Santa Catarina, que em outro momento se destacava positivamente frente à economia nacional, passa a apresentar os mesmos problemas de desemprego e exclusão que o Brasil vinha enfrentando. Para Antunes (1997), a classe que vivia do trabalho sofreu a mais aguda crise do século XX.

O mercado de trabalho catarinense com as privatizações e os incentivos às terceirizações e as novas técnicas de gestão do processo produtivo, viu crescer as ocupações informais e do setor terciário. Essa situação deixa os trabalhadores em uma situação desprotegida e precarizada, sendo extremamente negativa para o mercado de trabalho catarinense

No início do século XXI esse processo foi aos poucos se revertendo. Com o crescimento econômico e, conseqüentemente, forte expansão do emprego, teve-se um

aumento novamente dos postos de trabalho formais que atingiu Santa Catarina com a mesma intensidade. Porém, para Mattei (2013), o estado possui algumas especificidades: “É expressiva a presença de pequenas e médias empresas em Santa Catarina, conformando uma estrutura setorial diversificada que promove um forte dinamismo econômico” (MATTEI, 2013, p. 29)

Neste sentido, o comportamento do mercado de trabalho catarinense a partir de 1999, à luz das principais mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho do país, passou a apresentar uma taxa de desemprego que começou a diminuir gradativamente. Os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

Com a entrada do Governo Lula, o processo de formalização do mercado de trabalho se intensificou devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais (PRONI; ROCHA, 2010).

Para Proni (2011, p. 22), “a recuperação da economia e a estabilidade macroeconômica devem ser entendidas como condições necessárias, mas não suficientes, para garantir uma geração adequada de empregos, uma elevação significativa do poder de compra dos salários e uma redução expressiva da miséria e das desigualdades sociais”.

Assim, através das bases de dados referentes à RAIS que contabiliza o total de postos de trabalho no mercado formal, a próxima seção fará o tratamento e a coleta de dados referentes ao mercado formal de trabalho em Santa Catarina para os primeiros anos do século XXI, permitindo considerar até o momento, as mudanças em curso nas relações de trabalho no estado a partir das transformações ocorridas na economia brasileira e as transformações também em âmbito mundial.

4.2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA

A recuperação da economia brasileira, que se intensificou sobretudo após 2003, impactou a economia de Santa Catarina de forma direta. Segundo Mattei (2013), um dos resultados mais visíveis desta nova expansão foi a recuperação e o crescimento das relações de trabalho formalizadas, o que levou o estado de Santa Catarina a reconquistar sua posição de destaque de maiores percentuais de emprego formal frente aos outros estados.

Segundo o autor, o número absoluto de empregos formais no estado vem, inclusive, superando o percentual do país, com evolução crescente do total de empregados com carteira assinada. Isso é o resultado de um conjunto de fatores tais como uma estrutura produtiva diversificada, uma expressiva produção industrial e uma expansão significativa do setor

terciário. Toda essa conjuntura torna Santa Catarina um dos mais importantes locais, em termos de formalização das relações de trabalho (MATTEI, 2013, p.15).

A tabela 2 apresenta as informações relativas ao número absoluto dos empregos formais no estado nas primeiras décadas do século XXI. Em termos absolutos, observa-se que houve um aumento de 891 mil postos de trabalho formais entre 2000 e 2013. Isso significa que os postos formais de trabalho cresceram a uma taxa média de 5,59% ao ano. Com isso, o total de empregos formais do estado aumentou 1.077.929 mil, em 2000, para 2.210.927 mil, em 2013, representando um aumento de 1.132.998 mil PFT no período.

Tabela 02: Distribuição dos PFT em SC entre 2000 e 2013.

Ano	Total
2000	1.077.929
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.292.407
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
2011	2.061.577
2012	2.103.002
2013	2.210.927
Taxa % a.a.	5,59%

Fonte: Rais /MTE

Comparativamente à década anterior, observa-se que a geração de postos formais de trabalho foi praticamente nove vezes superior, ou seja, para cada mil empregos formais criado nos anos de 1990 foram criados nove mil no período atual (MATTEI, 2013).

A tabela 3 mostra a distribuição dos empregos formais por gênero no período considerado. Em 2000, 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois de mais uma década esta distribuição ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos. Isto porque a taxa de crescimento da

participação das mulheres foi de 6,95 % ao ano ao longo do período considerado, enquanto que a dos homens foi de apenas 4,62 %.

Tabela 03: Distribuição dos PFT em SC segundo Gênero entre 2000 e 2013.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2000	670.149	407.780	1.077.929
2001	713.211	442.501	1.155.712
2002	753.049	482.563	1.235.612
2003	779.395	513.012	1.292.407
2004	840.104	566.143	1.406.247
2005	879.828	607.141	1.486.969
2006	932.252	666.202	1.598.454
2007	980.074	717.726	1.697.800
2008	1.014.518	763.086	1.777.604
2009	1.042.014	796.320	1.838.334
2010	1.107.594	862.060	1.969.654
2011	1.154.703	906.874	2.061.577
2012	1.165.431	937.571	2.103.002
2013	1.218.339	992.588	2.210.927
Taxa % a.a.	4,62%	6,95%	5,59%

Fonte: Rais /MTE

Pela análise da tabela 4, observamos que, entre 2000 e 2013, alguns setores aumentaram mais que os outros o número de vínculos formais, apesar de a tendência ser de um crescimento do emprego formal em termos absolutos em todos os setores. O setor de comércio e serviços aparecem como carro chefe desse crescimento, sendo responsáveis pelas maiores variações no total de emprego.

O setor de extração mineral em 2000 possuía uma participação absoluta de 5,7 mil postos formais de trabalho o que equivale a uma taxa de participação relativa de 0,53% (Anexo A). Em 2013 essa participação passa a representar um número de 8,6 mil PFT o que equivale a 0,39%, sendo um setor que baixou sua representatividade ao longo do período. Isso significa que este setor não recuperou mais seu espaço que era ocupado antes do processo de reestruturação produtiva dos anos de 1990.

O setor de serviços industriais de utilidade pública passou de uma participação relativa de 1,03% em 2000 para 0,86% em 2013. Tal queda pode ser atribuída às privatizações que

ocorreram nos anos de 1990, que reduziram os postos formais de trabalho nos serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 04: Distribuição dos PFT em SC segundo setores de atividades econômicas entre 2000 e 2013.

Ano	Extrativa Mineral	Indústria de Transf.	Serviços Ind. U Pub.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407
2004	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969
2006	6.299	531.464	12.302	52.822	298.070	432.335	222.588	42.574	1.598.454
2007	6.697	569.590	17.449	63.005	322.586	443.208	232.401	42.864	1.697.800
2008	7.711	581.610	17.453	75.901	344.885	481.475	225.767	42.802	1.777.604
2009	7.071	585.833	17.405	76.162	365.990	516.247	225.372	44.254	1.838.334
2010	7.377	630.596	17.322	89.045	395.888	554.063	232.258	43.105	1.969.654
2011	7.607	644.455	18.796	98.124	415.977	592.052	240.811	43.755	2.061.577
2012	8.125	641.212	19.089	98.979	427.408	625.134	241.421	41.634	2.103.002
2013	8.654	680.223	19.040	103.479	443.977	658.196	254.098	43.260	2.210.927
Taxa % a.a.	3,58%	4,73%	3,82%	8,74%	7,08%	6,49%	3,54%	2,02%	5,59%

Fonte: Rais /MTE

A indústria de transformação é responsável pela maior parcela dos empregos formais do Estado. Passou de uma participação absoluta em 2000 de 371 mil trabalhadores para 680 mil em 2013, apresentando no período uma taxa de crescimento médio anual de 4,73%. A participação relativa passou de 34% para 30%. Assim, mesmo aumentando em termos absolutos o número de vínculos formais, percebe-se que nesse setor houve uma diminuição da participação relativa no total de PFT do Estado.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou grande expansão ao longo desses anos. Sua participação relativa em 2000 foi de 3,4% passando a 4,6% em 2013, com um acréscimo médio de 8,7% ao ano, demonstrando ser o setor que mais cresceu nesse período, passando de 37 mil PFT em 2000 para mais de 103 mil PFT em 2010.

Os setores de comércio e serviços ampliaram os postos formais de trabalho no período e continuam a aumentar o número de empregos formais no Estado, representando cerca de

49% do total de empregos formais em 2010. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 6,4% e o comércio obteve uma taxa média de crescimento de 7,0 % a.a.

O comércio apresentava em 2000 uma participação absoluta de 181 mil PFT com participação relativa de 16,85%. Em 2013 essa participação se eleva para 385 mil empregos formais que representa uma taxa relativa de 20,08%. O setor de serviços tem uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 287 mil em 2000 para 658 mil em 2013. O comércio é setor responsável pela absorção de grande parte dos PFT sendo responsável em 2013 pela absorção de 20,09% dos empregos formais de Santa Catarina.

A administração pública sofreu um aumento relativo no crescimento anual dos empregos formais, podendo ser atribuído às políticas fiscais expansionistas que ocorreram ao longo da década. No entanto, a participação da atividade na composição dos empregos formais apresentou uma queda, passando de 14,21% em 2000 para 11,49% em 2013.

A agropecuária atingiu uma média de crescimento anual de 2,02%%, apresentando uma taxa de participação de apenas 1,96% na composição dos postos formais de trabalho em 2000. O crescimento da atividade no decorrer desses 13 anos, apesar de ter diminuído sua taxa de participação, mostrou um incremento de aproximadamente 13 mil empregos formais entre 2000 e 2013. O número absoluto para este setor passou de 29.813 PFT para 43.260 PFT.

A elaboração desta análise possibilitou uma série de considerações a respeito das novas estruturas do mercado de trabalho catarinense, principalmente no que tange às modificações setoriais. A nova configuração do mercado formal de trabalho, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, é reflexo da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências do mercado mais competitivo. É importante ressaltar também a participação feminina que vem crescendo ano a ano no mercado formal catarinense, assim como a contratação de empregados com maior experiência profissional.

As atividades realizadas até o momento cumprem com os objetivos específicos da análise do mercado formal de trabalho, do ponto de vista do comportamento do mercado formal e suas características principais na primeira década do século XXI para o estado de Santa Catarina. O próximo item vai aprofundar essa análise a luz das transformações ocorridas dentro dos setores da Economia da Cultura.

4.3 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR CULTURAL EM SANTA CATARINA

A partir da apresentação da situação do mercado de trabalho formal em Santa Catarina, pretende-se colocar uma lupa e fazer um análise da situação do nosso tema central de estudo: a cultura. O objetivo é apresentar, pioneiramente, qual é a situação destes setores culturais no mercado de trabalho catarinense nos últimos anos e quais são as suas perspectivas futuras.

Ressalta-se que da divisão em 74 setores das atividades do setor cultural feita pela CNAE 2.0, 72 destes setores estão disponíveis na RAIS. Os dados referentes ao setor de *Operadoras de televisão por assinatura por satélite* e do setor *Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas* não estão disponíveis. Desse modo, o conjunto total de setores sofreu uma pequena modificação devido à exclusão destes dois setores. Lembramos que a escolha destes setores não se deu de forma aleatória. Conforme apresentado no Capítulo 3, a delimitação do setor cultural se deu a partir de diversas definições metodológicas.

O objetivo desta seção é apresentar um panorama da situação atual do mercado de trabalho formal da Economia da Cultura catarinense. Os dados para estes setores só estão disponíveis a partir de 2006, por isso a análise abrange um período de apenas 8 anos.

Pela análise da tabela 5 observamos que nesse período o número de PFT da área da cultura em termos absolutos passou de 49.498 PFT, em 2006, para 78.614 PFT, em 2013, caracterizando um aumento de 29.116 PFT.

Tabela 05 Distribuição dos PFT em SC segundo total de atividades econômicas da área cultural entre 2006 e 2013.

Ano	Total
2006	52.896
2007	54.245
2008	57.985
2009	66.493
2010	66.927
2011	71.093
2012	74.652
2013	79.006
Taxa % a.a.	5,98%

Fonte: Rais /MTE

Isso significa que os postos formais de trabalho da área cultural cresceram a uma taxa média de 5,98% ao ano (para o período de 2006 a 2013) contra a uma taxa média estadual de 5,59% ao ano (para o período de 2000 a 2013). O setor cultural cresceu acompanhando o crescimento de empregos formais de Santa Catarina, o que indica uma forte expansão destes setores, que acompanham a tendência de crescimento estadual e nacional.

A tabela 6 mostra a distribuição dos empregos formais nos diferentes setores que compõem a Economia da Cultura em Santa Catarina. Entre 2006 e 2013, alguns setores aumentaram mais que os outros o número de vínculos formais e apesar da tendência ser de um crescimento do emprego formal em termos absolutos na maioria dos setores, alguns deles apresentaram crescimento negativo. Também é interessante notar que os setores que apresentaram crescimento mais representativo dentre o total das 72 atividades culturais (diretamente ou indiretamente relacionadas à cultura) são justamente as atividades que não apresentam relação direta com a cultura, mesmo sendo consideradas pelo IBGE como atividades diretamente relacionadas a ela.

Podemos dividir a análise em três faixas diferentes de crescimento. Pela análise da Tabela 6, dentre os 72 setores delineados como atividades culturais, 22 setores cresceram acima de 10% ao ano (atividades tarjadas em verde). Os setores que se situam entre uma faixa de crescimento negativa e de até 10% de crescimento ao ano totalizaram 25 setores (atividades tarjadas em laranja). Aqueles que apresentaram um crescimento negativo, somaram 25 setores (atividades tarjadas em vermelho), sendo que dois deles apresentaram crescimento zero para o período (atividades tarjadas em azul).

Com um crescimento médio de 43,59% entre os anos de 2006 e 2013 o setor de Edição de revistas foi o que alcançou maior crescimento durante o período. Logo atrás está o setor de Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com um crescimento de 43,30% ao ano, e os setores de Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, que cresceram a 42,43% ao ano. Em quarto lugar está o setor de Ensino de arte e cultura, que cresceu 30,94% ao ano, aumentando sua participação absoluta de 30 PFT em 2006 para 193 PFT em 2013.

Destes quatro setores apenas o Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis é considerada pelo IBGE como atividade indiretamente ligada à cultura, sendo todas as demais atividades diretamente ligadas à cultura.

Porém, o que deve ser ressaltado é que mesmo enquadrados nessa definição, estes outros setores que lideram as taxas de crescimento dos PFT de trabalho do setor cultural pouco parecem se conectar à cultura. Com exceção do setor de Ensino de Arte e cultura, todos

os demais não apresentam, à primeira vista, grandes relações com a cultura.

Tabela 06: Distribuição dos PFT em SC segundo setores de atividades econômicas da área cultural no período de 2006 a 2013 (continua na próxima página).

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Taxa % ^a
Edição de revistas	10	23	34	57	92	150	188	206	43,59%
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	361	365	465	828	1552	3140	3972	4779	43,30%
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	21	37	67	74	172	260	326	358	42,43%
Ensino de arte e cultura	30	27	47	85	109	147	173	193	30,94%
Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	214	288	513	550	827	768	1057	1193	23,98%
Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	222	269	350	383	776	746	889	1026	23,42%
Telecomunicações por fio	214	939	907	599	661	1159	1327	2191	22,44%
Agências de notícias	10	14	9	16	15	24	32	41	20,11%
Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	103	109	173	244	273	295	334	395	19,91%
Edição de jornais	101	167	235	276	302	408	396	463	19,91%
Design e decoração de interiores	49	65	38	49	129	130	142	156	19,85%
Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação	7	5	1	2	13	5	12	15	19,54%
Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	77	92	93	141	169	177	281	267	19,52%
Operadoras de televisão por assinatura por cabo	197	336	484	600	691	697	678	825	17,58%
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	1530	1827	2518	2919	4169	4950	4963	3579	15,87%
Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	144	158	198	212	280	351	349	346	14,40%
Outras atividades de telecomunicações	548	487	450	4229	972	958	1119	1325	13,26%
Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	1839	2468	2790	3819	4290	2645	3738	5433	11,45%
Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	15	15	9	20	22	21	24	29	11,43%
Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	122	79	118	200	145	179	202	208	11,14%
Ensino de idiomas	1168	1297	1475	1570	1823	2131	2206	2293	10,27%
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	1891	1916	1988	2202	2633	3214	3282	3395	10,01%
Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	517	615	753	906	886	951	993	1074	9,75%
Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	199	249	276	267	244	284	388	465	9,71%
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	7798	6990	7111	8869	9348	1113	1194	1385	9,65%
Atividades de exibição cinematográfica	244	321	322	333	408	436	461	468	8,91%
Serviços de pré-impressão	737	724	917	973	811	1256	1227	1320	8,90%
Telecomunicações sem fio	297	339	413	547	592	701	705	375	8,29%
Fabricação de equipamentos de informática	150	303	308	357	384	381	431	267	7,75%
Serviços de arquitetura	253	168	258	368	385	368	350	319	7,62%
Agências de publicidade	753	801	932	925	1042	1119	1168	1181	6,79%
Telecomunicações por satélite	3	11	6	6	4	12	11	5	6,25%
Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	582	587	708	706	689	778	885	857	5,98%
Atividades fotográficas e similares	856	899	971	1118	1112	1205	1253	1208	5,61%
Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	363	411	400	436	477	494	506	546	5,50%
Atividades de rádio	1892	2065	2201	2386	2514	2593	2732	2737	5,39%
Parques de diversão e parques temáticos	845	1002	1082	1077	1023	1101	1241	1351	5,18%
Atividades de televisão aberta	1077	1171	1199	1265	1274	1444	1477	1558	5,13%

Continua...

continuação...									
Comércio varejista de artigos usados	287	270	304	306	359	378	378	327	4,06%
Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática	621	729	757	745	717	738	876	896	4,01%
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	435	477	510	500	608	606	584	546	3,95%
Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	336	588	476	425	645	408	543	556	3,67%
Fabricação de componentes eletrônicos	906	898	982	849	968	1002	1145	1148	3,65%
Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	390	407	443	432	482	536	481	445	2,90%
Comércio varejista de jóias e relógios	1875	1897	1998	2091	2099	2116	2152	2273	2,56%
Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	3421	3399	3603	3709	3831	3925	3916	3843	2,16%
Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	1	1	0	3	0	3	8	9	0,00%
Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	0	1	3	5	11	8	8	5	0,00%
Edição integrada à impressão de jornais	1661	2160	1927	1974	2064	1996	1893	1768	-0,09%
Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação	1476	1530	1636	1721	1587	1572	1461	1549	-0,11%
Atividades de bibliotecas e arquivos	3	13	11	11	2	9	5	8	-0,26%
Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	1867	1654	1756	2008	1920	1985	1657	1604	-0,87%
Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	103	109	118	67	63	52	102	111	-2,77%
Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	595	165	180	188	228	249	257	240	-3,54%
Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	63	31	20	18	18	33	37	28	-3,92%
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	5211	5412	5875	6244	5488	4432	4132	4220	-4,52%
Operadoras de televisão por assinatura por microondas	16	19	15	15	20	20	14	9	-5,24%
Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	149	161	176	194	166	150	107	112	-5,57%
Edição de livros	272	293	343	234	204	240	229	178	-6,44%
Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	277	246	230	223	183	212	177	166	-6,75%
Fabricação de instrumentos musicais	90	81	70	85	68	56	56	59	-6,78%
Edição integrada à impressão de revistas	163	186	252	255	228	177	148	88	-7,89%
Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	741	771	726	654	630	546	473	420	-8,70%
Serviços de acabamentos gráficos	548	591	658	677	533	451	294	283	11,30%
Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	1673	1098	993	818	675	614	628	643	13,24%
Criação artística	24	18	18	15	18	4	9	8	18,44%
Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	3713	2779	2427	1807	1370	1297	1120	946	19,37%
Atividades de gravação de som e de edição de música	271	263	268	164	152	168	93	59	20,65%
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	31	32	35	33	11	9	9	7	26,11%
Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	92	91	85	69	64	58	24	11	27,09%
Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos	36	112	120	113	6	8	7	6	44,60%
Total	52896	54245	57985	66493	66927	71093	74652	79006	5,98%

Fonte: Rais /MTE

Já o setor que apresentou o maior crescimento negativo do período, -44,60% ao ano, foi o de Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos. Este setor teve uma trajetória interessante. Iniciou 2006 com um número absoluto de 36 PFT, quadruplicou seus postos formais de trabalho para 120 empregados formalizados em 2008 e chegou a meros 6 PFT em 2013. Movimentos diferentes ocorreram com os setores de Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão e o de Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Ambos apresentaram uma diminuição gradativa de seus PFT, o que levou a um crescimento negativo para o período de 27,09% e 26,11% ao ano, respectivamente.

Entre as atividades que apresentaram um crescimento dos PFT entre esses dois extremos, crescendo entre 0 e 10% ao ano, estão os setores de Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; Atividades de rádio; Serviços de arquitetura e a atividade de Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, com crescimentos anuais de 2,16%, 5,39%, 7,62% e 9,65%, respectivamente.

Apesar da delimitação apresentada na seção anterior apresentar um número muito grande de atividades que inicialmente não se parecem com atividades do setor cultural, deve ficar claro que o objetivo da metodologia adotada pelo IBGE foi incluir atividades que, mesmo indiretamente, estão relacionadas à produção cultural. Isso significa dizer que são atividades que não necessariamente invocam a cultura em sua essência, mas que de alguma forma estão presentes no processo de criação e produção ou disseminação cultural.

Assim, de forma a aprofundar a análise da situação do setor cultural catarinense, a tabela 7 apresenta uma distribuição dos postos formais de trabalhos segundo o gênero. Inicialmente observa-se que é cada vez mais nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, processo que vem ocorrendo a nível estadual e nacional.

Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 5,75%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de 6,23% ao longo do período considerado. Este dado revela a tendência que vem crescendo nos últimos anos de maior feminilização do trabalho, sendo que as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos. O setor cultural catarinense vem acompanhando este movimento.

A participação feminina no mercado formal de trabalho da área da cultura passou de 47,99% em 2006, para 48,14%, em 2013 (ver Anexo B), ao mesmo tempo em que a participação masculina caiu de 52,00% para 51,18%, respectivamente. A mudança de composição na estrutura do emprego formal derivada por condicionantes econômicos que

levaram às mulheres a buscar maior participação na renda familiar, parece atingir também o setor cultural catarinense.

Tabela 07: Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Gênero entre 2006 e 2013.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2006	27507	25389	52896
2007	27807	26438	54245
2008	29510	28475	57985
2009	35146	31347	66493
2010	34210	32717	66927
2011	36181	34912	71093
2012	37886	36766	74652
2013	40440	38566	79006
Taxa % a.a.	5,75%	6,23%	5,98%

Fonte: Rais /MTE

Através da Tabela 8, ficam evidentes algumas tendências apontadas por outras fontes e pesquisas, as quais demonstram haver uma maior qualificação no mercado formal de trabalho catarinense nos últimos anos. Essa tendência também pode ser verificada para o setor cultural. Assim, nota-se que ocorreu um aumento dos PFT relativos aos níveis de maior escolaridade em detrimento da queda de postos de trabalho com baixa escolaridade, em todo o período observado.

Assim, de acordo com a Tabela 8, o maior contingente de mão-de-obra empregada no estado se concentra nas faixas de maior escolaridade, com ensino médio completo. Em 2013, a proporção desses trabalhadores sobre o total já era de 46,43% (Anexo C).

Todos os postos formais de trabalho que se enquadram até o nível de escolaridade fundamental (6^a a 9^a)^a apresentaram quedas nas taxas, indicando que houve diminuição da participação destes vínculos menos qualificados, principalmente os analfabetos que registraram queda média de -4,% a.a. Em contrapartida, os vínculos registrados a partir do ensino médio completo apresentaram crescimento em todo o período.

Desse modo, a maioria da mão-de-obra empregada no estado no setor cultural já se concentra nas faixas de maior escolaridade, uma vez que 36.688 dos empregados com carteira assinada do setor cultural catarinense no ano de 2013 possuíam ensino médio completo e 18.039 trabalhadores possuíam ensino superior completo, o que equivale a uma taxa de participação de 22,83% % (Anexo C). Os trabalhadores que possuem ensino médio incompleto correspondem a apenas 11,42% do total em 2013.

Tabela 08: Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Escolaridade entre 2006 e 2013.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Taxa % a.a.
Analfabeto	83	79	84	84	78	67	69	63	-4,00%
Até 5ª Incompleto	356	335	317	393	332	369	414	426	3,10%
5ª Completo									
Fundamental	1046	963	913	906	755	755	700	796	-5,07%
6ª a 9ª Fundamental	2546	2237	2059	2045	1788	1845	1978	1889	-3,77%
Fundamental Completo	6544	6166	6555	6993	6661	7014	7150	7224	1,89%
Médio Incompleto	4966	4899	4912	4957	4780	4669	4704	4673	-0,97%
Médio Completo	23271	24357	26111	31637	31681	33746	35168	36688	6,90%
Superior Incompleto	6604	6839	7482	8635	7778	8614	9032	9024	4,64%
Superior Completo	7447	8324	9489	10773	12935	13838	15290	18039	12,56%
Mestrado	30	41	59	64	105	134	127	139	23,03%
Doutorado	3	5	4	6	34	42	20	45	41,28%
Total	52896	54245	57985	66493	66927	71093	74652	79006	5,98%

Fonte: Rais /MTE

Os níveis de escolaridade que apresentaram maior crescimento no período foram os trabalhadores que possuíam mestrado ou doutorado. Em 2006, o número de trabalhadores que possuíam mestrado e doutorado era de 33. Em 2013 esse número passou para 184 trabalhadores. Desse modo, o crescimento do período foi de 23,03% e 41,28% ao ano para os níveis de mestrado e doutorado, respectivamente, apesar de suas participações relativas não serem muito relevantes. Desta maneira, constata-se a existência de uma realocação qualitativa dos empregos dos trabalhadores da área cultural, os quais podem estar buscando um maior nível de qualificação.

A análise do mercado formal de Santa Catarina para as atividades culturais, segundo a faixa etária dos empregados, revela uma característica importante dos postos formais de trabalho sob a influência das mudanças no contexto econômico do Estado. A Tabela 9 mostra que ocorre um leve movimento de aumento dos postos de trabalho nas faixas etárias mais altas, em detrimento da queda dos PFT para os mais jovens, movimento justificado pela premissa de contratações de empregados com maior experiência profissional (VENTURI, 2007). De acordo com a Tabela 9, ocorreu uma redução significativa da participação absoluta dos PFT com idade até 17 anos. Esse grupo representa apenas 2,045 % (Anexo D) do total de PFT da área cultural.

A faixa etária de 18 a 24 anos viu seu número absoluto de PFT aumentar durante o período analisado, mas sua participação relativa caiu. Em 2006 eram 17 mil PFT contra 21 mil em 2013. Porém, sua participação relativa (Anexo D) passou de 32,97%, em 2006, para

26,94%, em 2013. De acordo com a Tabela 9, ocorreu um aumento significativo da participação absoluta dos PFT com idade de 25 a 29 anos. Em 2006 eram 11 mil empregados nesta condição, contra 16 mil em 2013, caracterizando um crescimento anual de 5,29%.

Tabela 09: Distribuição dos PFT em SC da área cultural, segundo Faixa Etária entre 2000 e 2013.

Ano	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{ñ class}	Total
2006	3	1523	17443	11405	12461	6967	2943	151	0	52896
2007	9	1466	17237	12190	12858	7155	3160	170	0	54245
2008	4	1759	18015	13029	13779	7598	3609	192	0	57985
2009	5	1557	20264	14854	16433	8858	4320	202	0	66493
2010	12	1641	20390	14855	16802	8581	4404	242	0	66927
2011	13	1754	20447	15514	18674	9402	5000	288	1	71093
2012	12	1741	20829	15875	20300	9993	5558	341	3	74652
2013	12	1618	21290	16534	22020	10880	6253	399	0	79006
Taxa % a.a.	18,52%	1,58%	3,25%	5,29%	8,57%	6,43%	10,83%	13,90%	0,00%	5,98%

Fonte: Rais /MTE

A faixa etária onde se concentram o maior número de PFT é de 30 a 39 anos com 22.020 postos de trabalho em 2013 e uma participação relativa de 27,87% nesse mesmo ano contra 23,55% em 2006 (Anexo D)

As faixas etárias que vão de 40 a 64 também chamam atenção. Juntas elas representam um percentual de 21,68% (Anexo D) em 2013. Já os PFT concentrados nos extremos, nas faixas etárias acima de 65 anos e de 10 a 14 anos, apresentaram taxa de crescimento bastante altas, 13,9% e 18,52% respectivamente, mas com participações relativas quase irrelevantes.

Por fim, buscou-se avaliar o comportamento e evolução dos rendimentos dos trabalhadores formais da área da cultura em Santa Catarina, ressaltando-se a importância desta variável para os trabalhadores. Esta análise revelou uma tendência de queda de postos formais com melhores salários, em consonância com o aumento de empregos mal remunerados para as atividades culturais.

Por este motivo, a observação do comportamento dos rendimentos dos trabalhadores formais da área da cultura se mostrou como um dos aspectos mais evidentes da contínua desvalorização que vem atingindo os trabalhadores deste setor, mesmo aqueles empregados no mercado formal de trabalho.

Tabela 10 : Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Faixas de remuneração SM* entre 2006 e 2013.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Taxa % a.a.
Até 0,50	416	447	530	457	498	388	394	427	-1,55%
0,51 a 1,00	3013	3005	3352	3839	3581	3547	4313	4061	4,76%
1,01 a 1,50	13870	15341	17057	21036	21352	20119	22132	23624	7,23%
1,51 a 2,00	13219	13138	13406	14366	14485	16023	14969	15237	2,61%
2,01 a 3,00	9813	9705	10154	11684	11442	13043	13962	14771	6,44%
3,01 a 4,00	4422	4228	4568	5260	4877	5840	6081	6721	6,44%
4,01 a 5,00	2247	2190	2331	2778	2901	3306	3762	4107	9,55%
5,01 a 7,00	2124	2224	2372	2775	3062	3582	3760	4443	10,87%
7,01 a 10,00	1614	1654	1786	1920	2229	2429	2434	2645	7,69%
10,01 a 15,00	935	928	998	915	1026	1190	1116	1228	4,13%
15,01 a 20,00	342	329	318	312	278	330	329	331	-0,28%
Mais de 20,00	330	332	332	253	235	259	237	251	-5,26%
{ñ class}	551	724	781	898	961	1037	1163	1160	10,12%
Total	52896	54245	57985	66493	66927	71093	74652	79006	5,98%

Fonte: Rais /MTE

De acordo com a Tabela 10, observa-se que grande parte dos PFT da área da cultura em Santa Catarina recebe entre 1 e 1,5 salários mínimos. Eles representam 29,90% do trabalhadores com carteira assinada do setor cultural, crescendo a uma taxa média de 7,23% ao ano. Em termos absolutos eles passaram de 13 mil PFT em 2006 para 23 mil PFT em 2013. Logo atrás estão os trabalhadores que recebem de 1,5 a 2 e de 2 a 3 salários mínimos com participações relativas de 19,28% e 18,69% respectivamente. Chama atenção o fato dos trabalhadores que se encontram na faixa de 1,5 a 2 salários mínimos terem sofrido uma diminuição na sua participação relativa em quase 6%, já que 2006 eles representavam 24,99% dos trabalhadores com carteira assinada dos setores culturais.

Em valores absolutos, as faixas que apresentaram as maiores taxas de crescimento médio são os que recebem de 5 a 7 salários mínimos (que cresceram 10,87% a.a.) e as que recebem entre 7 a 10 salários mínimos (crescendo em média 9,61% a.a.). Porém, esse crescimento em termos relativos não é tão relevante uma vez que essas duas faixas de remuneração representam juntas apenas 8,93% dos trabalhadores formais do setor cultural (Anexo E).

Esta evolução crescente dos empregos formais baseados em pisos mais baixos de remuneração demonstra que a maior parte dos postos de trabalho gerados na cultura nos últimos anos se concentrou nas faixas de renda inferiores. Registra-se que este é um comportamento que segue a dinâmica dos demais setores formais de trabalho no estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar algumas características referentes à evolução do mercado formal de trabalho na área cultural catarinense a partir de 2006, tentando qualificar a situação atual deste mercado, à luz de suas principais variáveis. Para tanto, a pesquisa empírica foi desenvolvida de acordo com a constituição e as transformações do termo Economia da Cultura.

Estas transformações foram explicitadas no segundo capítulo, quando se procurou observar a constituição do termo Economia da Cultura em sua forma convencional. Nessa abordagem, a Economia da Cultura é considerada um instrumento analítico eficiente para entender os efeitos econômicos da atividade cultural, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Sob tal perspectiva, o setor cultural amplia o âmbito da análise econômica quando agrega à lógica do valor de troca e quando suas variáveis assumem a perspectiva do valor intrínseco, expandindo as variáveis quantitativas do setor. O que pode ser verificado é que o paradigma do *mainstream* econômico considera os bens culturais como aqueles que, além de possuírem valor cultural, geram valor econômico.

É dentro dessa perspectiva que surge a terminologia Economia Criativa, como forma de ampliação do campo da Economia da Cultura, uma vez que no seu conjunto a Economia Criativa reúne setores, práticas e dinâmicas socioeconômicas que se ligam diretamente ao campo da Economia da Cultura. O que se observou foi a tendência econômica de se considerar criativo qualquer coisa que promova retorno financeiro.

O estabelecimento de relações consistentes entre cultura e economia pode apresentar diferentes ênfases. Para construir uma abordagem crítica, a segunda parte do capítulo 2 se debruçou sobre discussões que envolvem autores que se opõem à perspectiva convencional da Economia da Cultura, da mesma maneira que vem ocorrendo em temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. O que esta seção constatou é que a perspectiva de cultura convencional é falha no sentido de que, assim como aconteceu com a economia do meio ambiente, ela não consegue abordar o panorama econômico social da cultura como um todo.

A UNESCO coloca a essencialidade de analisar os bens culturais de forma diferenciada de outras mercadorias e de construir uma contribuição da cultura para o desenvolvimento de uma sociedade. Na mesma direção verificamos que Furtado recorre a outras ciências sociais para ampliar a discussão para além do campo econômico, inserindo o

aspecto cultural do subdesenvolvimento e da dependência e ampliando a possibilidade de construir diferentes sentidos para a cultura.

Assim, pode-se afirmar que para alcançar um fortalecimento da área cultural faz-se necessário desenvolver a relação entre cultura e sustentabilidade para garantir a habilidade do setor cultural de apoiar um desenvolvimento pleno e inclusivo e para que a cultura torne-se um dos elementos chave para mobilizar e atingir tal desenvolvimento.

O capítulo 3 iniciou a discussão quantitativa proposta por este estudo ao montar o panorama dos atuais setores que fazem parte da Economia da Cultura apresentando a metodologia adotada para tal. Através do estudo foi verificado que é fundamental o suprimento da carência de informações sobre o setor cultural, até a pouco tempo considerado de pouca relevância econômica. A metodologia adotada para classificar as atividades culturais utilizou a nova CNAE 2.0, o que resultou na ampliação das atividades que compõem o setor cultural com a inserção de novas categorias laborais e realocação de outras.

O que se observou é que mesmo com a nova versão da CNAE 2.0, ainda persistem limitações e dificuldades de desagregação de certas atividades de modo a separar as atividades culturais de outras que não têm as mesmas características. Assim, o que se verificou é uma delimitação do setor cultural que abrange muitas atividades que, à primeira vista, parecem muito distantes de atividades culturais, o que dá ao setor cultural um certo distanciamento das atividades artísticas e culturais que possuem a criatividade em sua essência. O setor cultural tal como o CNAE 2.0 classificou se parece muito pouco com tal.

O capítulo 4 utilizou essa delimitação do setor cultural proposta pela CNAE 2.0 para analisar o panorama do mercado de trabalho formal da cultura em Santa Catarina. Apesar das constatações negativas que se chegou respeito dessa delimitação, ela é a vigente pelo IBGE. Por isso, considerou-se importante respeitá-la.

Para análise dos dados, buscou-se inicialmente compreender a dinâmica do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina e seu comportamento na primeira década do século XXI. O que se observou é que as mudanças políticas e econômicas do final dos anos 1990 colocaram a economia mundial na nova fase conhecida como globalização. Com o aumento da competitividade externa, o mercado de trabalho foi tomado por medidas de flexibilização, expandindo-se as formas flexíveis de contratos, como trabalho de tempo parcial, temporário e terceirizado. Estas mudanças atingiram o estado catarinense com grande intensidade e provocaram ajustes econômicos que interferiram na dinâmica produtiva catarinense, impactando negativamente o mercado formal de trabalho. Porém, o que pode ser observado, é que o nível de formalização do mercado de trabalho a partir dos anos 2000 vem se

intensificando, fato que pode ser atribuído às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e de valorização do salário mínimo e da ampliação dos programas sociais.

A análise dos dados do mercado de trabalho formal em Santa Catarina, apontou diversas considerações principalmente no que tange às modificações setoriais e de qualificação do trabalhador. Essa nova configuração do mercado formal de trabalho, além de ser condizente com a dinâmica econômica atual, reflete parte da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências de um mercado mais competitivo. Assim, o aumento em termos absolutos dos postos de trabalho formais entre 2000 e 2013 é condizente com a atual conjuntura no mercado de trabalho em âmbito nacional e mundial. (VENTURI, 2007)

Segundo Venturi (2007), a reestruturação tecnológica que atingiu as empresas na década de 1990 provocou uma queda dos empregos na indústria de transformação que vêm sendo substituídos paulatinamente por empregos nos setores dos serviços e do comércio. Desta maneira, o movimento de crescente participação dos serviços e comércio na distribuição dos empregos observado nacionalmente também foi verificado em Santa Catarina. Mesmo assim, a indústria catarinense manteve uma expressiva participação nas taxas formais de emprego, sendo responsável, em 2013, por cerca de 30% das ocupações formais do estado.

Quanto à participação feminina no total do emprego formal observou-se que a participação da mulher vem crescendo ano a ano no mercado formal catarinense. Entre 2000 e 2013 essa distribuição ficou mais equitativa, mostrando que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos (VENTURI, 2007).

Da mesma forma, quando foram analisadas as atividades que compõem o setor cultural em Santa Catarina, observou-se, de maneira cada vez mais nítida, o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, o que reforça a tendência dos últimos anos de maior feminilização do trabalho.

A maior qualificação no mercado formal de trabalho catarinense nos últimos anos também mostrou-se relevante na área cultural. A evolução dos postos formais de trabalho ocorreu mediante aumento da escolaridade dos empregados, como reflexo das exigências por maior qualificação dentro deste setor. Porém, isso não se reflete na distribuição salarial. Percebeu-se que a repartição dos salários na área cultural é mais representativa nas faixas de menor remuneração, o que pode ser lido como um indicativo de precarização do mercado de

trabalho neste setor e uma desvalorização dessas atividades culturais uma vez que mesmo elas apresentando níveis alto de qualificação, não apresentam níveis salariais correspondentes.

Outros destaques também são feitos em relação à faixa etária dos trabalhadores. Com relação à idade dos ocupados, parece ter caído a participação dos trabalhadores mais jovens, ocorrendo uma contratação de empregados com maior experiência profissional, revelando um cenário distinto no setor cultural. Por ser um setor dinâmico e criativo, era esperada uma inserção mais expressiva de jovens nesse conjunto de atividades que compõe o setor cultural.

Estes pontos indicam que o mercado de trabalho catarinense das atividades culturais seguiu de perto as transformações delineadas em âmbito geral. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo desses oito anos analisados parece ainda não ter proporcionado uma melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores. Mesmo os postos de trabalho das atividades culturais criados dentro do mercado formal parecem ser direcionados a setores com baixa remuneração e exigentes quanto à qualificação e experiência profissional.

Espera-se que esse trabalho instigue um olhar atento sobre essa realidade laboral e que possa também mobilizar pesquisas na área, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a realidade do mercado de trabalho cultural catarinense e suas conexões com a dinâmica desse setor no âmbito nacional. Os autores e referências aqui utilizados, ao expandirem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, tornam a cultura essencial para a promoção de uma verdadeira sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, E., RIGON, S. A. Sistema Alimentar com base no conceito de Sustentabilidade In: Taddei et al. **Nutrição em Saúde Pública**. 2o ed. São Paulo : Rubio, 2015[no prelo].
- BALABAN, M. D. Os indicadores quantitativos da cultura. In: Weffort, Francisco e Souza, Márcio (Orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.
- BARCELLOS, R. M. R. **Por outro eixo, outro organizar**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2012.
- BAUMOL, W.J.; BOWEN, W.G. **Performing Arts: the economic dilemma**. Lonfres: Cambridge, 1966.
- BENDASSOLLI, F. et al. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, p. 10-18, jan/mar 2009.
- BENDASSOLLI, P. F. **Estudo exploratório sobre indústrias criativas no Brasil e no Estado de São Paulo**. Fundação Getúlio Vargas - FGV. São Paulo, 2007.
- BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007
- BENJAMIN, W. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas I. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BORJA, B. **Cultura e Desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, Salvador, 2009.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano a Secretaria de Economia Criativa**. Brasília. 2012b.
- BOCCHI, J. I. **Monografia para Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BOLAÑO, C. Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 367-380, jul/dez 2011. ISSN 9.
- CAETANO, G. **Cultura, desenvolvimento e política**. In: Revista Observatório Itaú Cultural OIC – nº 2, (mai./ago. 2007). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007.
- CUNNINGHAM, S. D. From cultural to creative industries: theory, industry, and policy implications. **Media International Australia Incorporating Culture and Policy: Quarterly Journal of Media Research and Resources**, Brisbane, p. 54-65, 2002.
- DURAND, J. C. Prefácio. In: BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. p. 11-14.
- BOLAÑO, C. Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 367-380, jul/dez 2011. ISSN 9
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**. v.15, n.2, 2001.

_____. **Políticas culturales y crisis de desarrollo:** un balance latinoamericano. In: _____. (Ed.). **Políticas culturales en América Latina.** 1. ed. México, DF: Grijalbo, 1987. p. 13-61. (Enlace. Cultura y sociedad). Disponível em: <<http://centrito.files.wordpress.com/2011/06/1c.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

_____. et al. **Políticas culturais para o desenvolvimento:** uma base de dados para a cultura. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco Brasil, 2003. cap. 12, p. 189-206. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

_____. (ed.) **Políticas culturales en América Latina.** México, Grijalbo, 1987.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v.9, n.23, 1995.

_____. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas – **CNAE: versão 1.0.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003. em: <<http://www.ibge.gov.br/concla>>. Acesso em: maio. 2014.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - Domiciliar – **CNAE-Domiciliar.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/cnaedom.php?sl=1>>. Acesso em: maio. 2014.

COELHO, T. **O que é indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 2003

DCMS (Department for Culture, Media and Sport). **Creative industries mapping document.** Disponível em: http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_1998.htm. Acesso em 20.06.2014

FARIA, H. O desenvolvimento cultural como desafio. In: FARIA, Hamilton e FEIJÓ, Martin Cezar. As políticas culturais da globalização. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Políticas culturais** (vol. 1). Barueri, SP: Manole, 2003.

FEIJÓ, M. As políticas culturais da globalização. In. BRANT, Leonardo. (org) **Políticas culturais.** Barueri, SP: Manole, 2003. p. 19-22.

FLEW, T.; CUNNINGHAM, S. Creative Industries After the First Decade of Debate. **The Information Society**, London, v. 26: 1, p. 12, nov. 2010.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Economia da cultura:** reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. **O capitalismo global**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. Prefácio. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. P.5-6.

GAY, P.; PRIKE, M. **Cultural economy: an introduction**. s/d. Disponível em: http://www.corwin.com/upm-data/9393_007669Intro.pdf . Acesso em: 6 ago 2014.

GETINO, O. Para a melhoria das políticas e desenvolvimento do setor cultural. In: **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – nº 4**, (jan./mar. 2008). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDING, P. **Criatividade, Controle e a Política Econômica**. Simpósio de Burgos, julho de 1979. Apud Flichy, op.cit, p.37.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOWKINS, J. **The creative economy**. New York: Penguin Books, 2007.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Sociais**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômicas, Brasília: n.18, 2003.

INFORME mundial sobre a cultura, 2000: **Diversidade cultural, conflito e pluralismo**. São Paulo: Brasília: Moderna; Unesco, 2004. 416 p.Tradução de: World culture report 2000: cultural diversity, conflict and pluralism.

LACLAU, E., MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**. Towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.

LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2006.

LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo : Atlas 2003.

LAWRENCE, T. B.; PHILLIPS, N. Compreendendo as indústrias culturais. In: WOOD JR., T., et al. **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 1, p. 3-23.

LASH, S.; URRY, J. **Economies of Signs and Space**. London: Sage, 1994. BAUMOL, W.J.; BOWEN, W.G. **Performing arts. The economic dilemma**. Cambridge: Twentieth century found, 1966.

LINS, H. N. **Economia da Cultura e Ambiente Urbano: termos do debate e ensaio de análise sobre Florianópolis**. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: n.120, p.231-256, jan./jun. 2011

LINS, H. N.; MATTEI, L. **A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, no 08).

MACHADO, R. M. **Da Indústria Cultural à Economia Criativa**. IV Encontro Nacional de Estudos do Consumo (IV ENEC). Setembro de 2007, Rio de Janeiro, UFRJ, UFF, CAEPM/ESPM.

MATTEI, L.; Niederle, S. ; PELED, R. ; LAVRATTI, B. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI**. 2012.

MIGUEZ, P. **Economia criativa: uma discussão preliminar**. In: MARCHIORI NUSSBAUMER, Gisele (Org.) **Teorias & políticas da cultura**. Visões multidisciplinares. Editora da UFBA, Salvador, Bahia, Brasil., 2007

_____. **Alguns aspectos do Processo de Constituição do campo de estudos em Economia da Cultura**. **Comunicação e Cultura**, n.º 3, 2007, pp. 131-144 2008.

_____. **Os estudos em economia da cultura e indústrias criativas**. In: WOOD JR., T., et al. **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 4, p. 57-68.

MILLER, T. **From creative to cultural industries: not all industries are cultural, and no industries are creative**. **Cultural Studies**, London, v. 23, p. 88-89, January 2009.

MORAIS, L. P. C. ABO. **Por novos paradigmas de produção e consumo**. *Le Monde Diplomatique*. Brasil, Nov 2009. [Acesso em: 12 ago 2014.] Disponível em: <http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/Notas%20sobre%20os%20novos%20paradigmas.pdf> .

NASCIMENTO, M. H. (Orgs.). **Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo**. São Paulo: Polis, 2000.

NEGRI, A., COCCO, G. **O monstro e o poeta**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03 de mar. 2006. Tendências/Debates.

OLIVEIRA, R. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987–2006)**. Dissertação de Mestrado. (Universidade Federal de Santa Catarina – Curso de Pós-Graduação em Administração). Florianópolis, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PARADA A. A. **Economia Criativa e Organizações Isonômicas e Fenonômicas da**

Cultura: uma análise a partir das dimensões de tecnologia, tamanho, espaço e tempo. Projeto (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

PEIXOTO, N. B. **Isto aqui é um negócio.s/d** Disponível em: http://www.centrocultural.sp.gov.br/revista_dart/pdfs/dart12%20isto%20aqui%20%E9%20um%20negocio.pdf Acesso em: 6 Set 2014.

PORTUGAL, M. S. (et al.). Incentivo à cultura e efeito econômicos: análise da Produção Cinematográfica no Rio Grande do Sul. In: **Economia da Cultura: Bem-estar econômico e evolução cultural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.

PRONI, M. W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **IE/UNICAMP**. n.188, 2011, p. 22.

POOVEY, M. **What Is Cultural Economy?** [OpenStax-CNX Web site]. 2010. Disponível em: <http://cnx.org/content/m34260/1.4> Acesso em: 5 jul 2014

PITHON, T. **Economia Verde: Uma nova proposta para manter o atual modelo desigual de desenvolvimento.** Monografia (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2012.

REIS, A. C. F. Economia da cultura e desenvolvimento - estratégias nacionais e panorama global. In: REIS, A. C. F.; MARCO, K. D.; (ORG.) **Economia da cultura: idéias e vivências.** Rio de Janeiro: Publit, 2009. p. 24-36.

_____. **Economia Criativa: dos bastidores ao protagonismo,** 2007. Disponível em: <http://economieadacultura.blogspot.com.br/search?updated-min=2007-01-01T00:00:00-03:00&updated-max=2008-01-01T00:00:00-03:00&max-results=14>. Acesso em 25.06.2014.

ROMEIRO, A. B. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2014.

RUBIM, A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teoria & políticas da cultura: visões multidisciplinares.** Salvador: Edufba, 2007. p.139-158.

SACHS, I. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 26, p.7-20, 2012

SANTANA, S. de C. P; SOUZA, N. R. M. **Além da diversão e arte, o pão: o mercado de trabalho da cultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. (Cadernos do CEHC. Série Cultura, n. 1). Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cehc/caderno_cehc1.pdf>. Acesso em: maio. 2014

SARAVIA, E. **A política cultural na área da música.** Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1990

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura em Números Anuário de Estatísticas Culturais**. Brasília, 2009.

SERAFIM, M. (et al). **Economia Criativa ou Indústria Criativa: Delimitação de um Conceito em Construção**. VII Encontro de Economia Catarinense, maio de 2013 – Florianópolis/SC. UFSC

SILVA, F. A. B. (Coord.). **Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura**. Brasília, Ipea. Brasília: 2010.

SILVA, V. A. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo., São Paulo, 2001.

THROSBY, D. **Economics and Culture**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2001.

TOLILA, P. **Economia e cultura**. SP: Iluminuras/OIC, 2007

_____.Observatório cultural: ferramenta democrática de ação política. In: **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – nº 1** (jan./abr. 2007). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007.

VALIATI , L.; FLORISSI, S. (orgs.). **Economia da Cultura: Bem-estar econômico e evolução cultural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VIEIRA, M. M. F. **Projeto Cultura e Desenvolvimento**: Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.

VILAR, E. R. **Sobre a economia da cultura**. Comunicação & Cultura. Lisboa. ISSN 1646-4877, 2007

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura – usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 615p.

ANEXOS

Anexo A: Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores economicos em SC entre 2006 e 2013.

Ano	2000	2013
Extrativa Mineral	0,53%	0,39%
Indústria de Transf.	34,45%	30,77%
Servicos Ind. U Pub.	1,03%	0,86%
Construção Civil	3,48%	4,68%
Comércio	16,86%	20,08%
Serviços	26,67%	29,77%
Adm. Pública	14,22%	11,49%
Agropecuária	2,77%	1,96%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Rais /MTE

Anexo B: Distribuição da taxa de participação dos PFT da área cultural segundo Gênero em SC entre 2006 e 2013.

Ano	Masculino	Feminino
2006	52,00%	48,00%
2007	51,26%	48,74%
2008	50,89%	49,11%
2009	52,86%	47,14%
2010	51,12%	48,88%
2011	50,89%	49,11%
2012	50,75%	49,25%
2013	51,19%	48,81%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Rais /MTE

Anexo C: Distribuição da taxa de participação dos PFT da área cultural segundo Escolaridade em SC entre 2006 e 2013

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Analfabeto	0,16%	0,15%	0,14%	0,13%	0,12%	0,09%	0,09%	0,08%
Até 5ª Incompleto	0,67%	0,62%	0,55%	0,59%	0,50%	0,52%	0,55%	0,54%
5ª Completo								
Fundamental	1,98%	1,78%	1,57%	1,36%	1,13%	1,06%	0,94%	1,01%
6ª a 9ª								
Fundamental	4,81%	4,12%	3,55%	3,08%	2,67%	2,60%	2,65%	2,39%
Completo	12,37%	11,37%	11,30%	10,52%	9,95%	9,87%	9,58%	9,14%
Médio Incompleto	9,39%	9,03%	8,47%	7,45%	7,14%	6,57%	6,30%	5,91%
Médio Completo	43,99%	44,90%	45,03%	47,58%	47,34%	47,47%	47,11%	46,44%
Superior								
Incompleto	12,48%	12,61%	12,90%	12,99%	11,62%	12,12%	12,10%	11,42%
Superior Completo	14,08%	15,35%	16,36%	16,20%	19,33%	19,46%	20,48%	22,83%
Mestrado	0,06%	0,08%	0,10%	0,10%	0,16%	0,19%	0,17%	0,18%
Doutorado	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,05%	0,06%	0,03%	0,06%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Rais /MTE

Anexo D: Distribuição da taxa de participação dos PFT da área cultural segundo Faixa Etária em SC entre 2000 e 2013

Ano	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	{ñ class}	Total
2006	0,01%	2,88%	32,98%	21,56%	23,56%	13,17%	5,56%	0,29%	0,00%	100,00%
2007	0,02%	2,70%	31,78%	22,47%	23,70%	13,19%	5,83%	0,31%	0,00%	100,00%
2008	0,01%	3,03%	31,07%	22,47%	23,76%	13,10%	6,22%	0,33%	0,00%	100,00%
2009	0,01%	2,34%	30,48%	22,34%	24,71%	13,32%	6,50%	0,30%	0,00%	100,00%
2010	0,02%	2,45%	30,47%	22,20%	25,10%	12,82%	6,58%	0,36%	0,00%	100,00%
2011	0,02%	2,47%	28,76%	21,82%	26,27%	13,22%	7,03%	0,41%	0,00%	100,00%
2012	0,02%	2,33%	27,90%	21,27%	27,19%	13,39%	7,45%	0,46%	0,00%	100,00%
2013	0,02%	2,05%	26,95%	20,93%	27,87%	13,77%	7,91%	0,51%	0,00%	100,00%

Fonte: Rais /MTE

Anexo E: Distribuição da taxa de participação dos PFT da área cultura segundo Faixas de remuneração em SM* em SC entre 2006 e 2013

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Até 0,50	0,79%	0,82%	0,91%	0,69%	0,74%	0,55%	0,53%	0,54%
0,51 a 1,00	5,70%	5,54%	5,78%	5,77%	5,35%	4,99%	5,78%	5,14%
1,01 a 1,50	26,22%	28,28%	29,42%	31,64%	31,90%	28,30%	29,65%	29,90%
1,51 a 2,00	24,99%	24,22%	23,12%	21,61%	21,64%	22,54%	20,05%	19,29%
2,01 a 3,00	18,55%	17,89%	17,51%	17,57%	17,10%	18,35%	18,70%	18,70%
3,01 a 4,00	8,36%	7,79%	7,88%	7,91%	7,29%	8,21%	8,15%	8,51%
4,01 a 5,00	4,25%	4,04%	4,02%	4,18%	4,33%	4,65%	5,04%	5,20%
5,01 a 7,00	4,02%	4,10%	4,09%	4,17%	4,58%	5,04%	5,04%	5,62%
7,01 a 10,00	3,05%	3,05%	3,08%	2,89%	3,33%	3,42%	3,26%	3,35%
10,01 a 15,00	1,77%	1,71%	1,72%	1,38%	1,53%	1,67%	1,49%	1,55%
15,01 a 20,00	0,65%	0,61%	0,55%	0,47%	0,42%	0,46%	0,44%	0,42%
Mais de 20,00	0,62%	0,61%	0,57%	0,38%	0,35%	0,36%	0,32%	0,32%
{ñ class}	1,04%	1,33%	1,35%	1,35%	1,44%	1,46%	1,56%	1,47%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Rais /MTE